

The background of the cover is a photograph of a modern, multi-story building with a complex facade of glass and metal panels. The building is surrounded by lush greenery, including several tall palm trees in the foreground. A paved walkway and a small sign are visible at the base of the building. The sky is clear and blue.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

2018

Sumário

	Mensagem do Conselho de Administração	03
	Identificação geral.....	05
	1. Quem somos.....	06
	2. Nossas atividades.....	07
	3. Nosso compromisso público.....	27
	4. Nossa política de preços.....	30
	5. Nossa estrutura de controles internos.....	31
	6. Nossa gestão de riscos.....	36
	7. Nossos fatores de risco.....	40
	8. Nossos principais resultados.....	43
	9. Nosso modelo de governança corporativa.....	51
10.	Nossas principais melhorias em governança corporativa.....	56
11.	Nossa composição e remuneração da administração.....	63

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Petrobras

Mensagem do Conselho de Administração

Em 2018, a Petrobras consolidou uma agenda positiva de mudanças que permitiu superar uma das maiores crises de sua história. Ao olharmos para trás, vimos que não foi um período fácil, mas também foram muitas as conquistas e não podemos deixar de celebrar as razões que hoje nos enchem de orgulho e renovam nossa capacidade única de enfrentar desafios e nos reinventar.

Nos últimos anos, realizamos avanços significativos na governança corporativa e nos sistemas de controles internos da companhia, com a adoção de rigorosos padrões de ética e integridade e de um conjunto de iniciativas que reforçam nosso compromisso com a melhoria contínua de processos e alinhamento às melhores práticas do mercado.

No último ano, encerramos potenciais casos de litígios que poderiam trazer riscos e incertezas sobre nosso futuro perante o mercado e demos novos e importantes passos em relação aos efeitos da Operação Lava Jato, inclusive permitindo o encerramento do Comitê Especial de Investigação. Os avanços em nossa governança corporativa e em nosso sistema de *compliance* foram os pilares desses feitos.

Tais medidas foram fundamentais para a retomada de nossa trajetória de crescimento e resultaram em maior acesso ao crédito, elevação de nosso grau de investimento, redução do custo de capital via desalavancagem financeira e a consequente melhoria de nossa imagem e reputação junto aos nossos públicos.

Avançamos também na melhoria da produtividade e na disciplina de capital, condições básicas para manter a competitividade e a geração de valor, especialmente em uma indústria de alta exposição ao risco, como a do petróleo.

Desse modo, conseguimos recuperar nossa capacidade de planejar o futuro, sem perder de vista o passado de conquistas que nos levou, há 10 anos, a vencer as fronteiras de exploração do pré-sal e reafirmar nossa liderança mundial na produção em águas profundas e ultraprofundas, conquistada há décadas com o esforço de um corpo técnico único.

Atentos às mudanças de uma economia energética em transição, nosso Plano Estratégico 2040 e de Negócios e Gestão 2019-2023 incorpora uma nova métrica de topo, visando garantir a rentabilidade, além de manter as métricas de segurança e de redução da dívida.

Buscamos em nossa estratégia uma nova visão de empresa integrada de energia, alinhada com as necessidades e a evolução dos hábitos da sociedade, que buscará cada vez mais diversificação nas fontes e usos da energia. O foco em óleo e gás, ainda importante para os próximos anos, dará mais espaço para outras fontes de energia, no horizonte até 2040.

Para além da finalidade de atender ao relevante interesse público que justificou a nossa criação e fornecer a energia que move a sociedade a desenvolver o seu potencial, estamos atentos à necessidade incontornável de nos prepararmos para o futuro, refletindo sobre os horizontes de

incertezas que conformam o ambiente de negócios da nossa indústria e os desafios que apontam para importantes transformações tecnológicas e de padrões de consumo que abrem novas oportunidades de desenvolvimento do mercado brasileiro.

Reafirmamos nossa política de preços para os combustíveis, sensíveis aos fatores de risco do mercado e inovamos ao aplicar mecanismos para mitigar a volatilidade dos preços, conferindo maior estabilidade aos agentes que têm os combustíveis como um insumo importante para as suas decisões.

O respeito às pessoas e ao meio ambiente e a preservação da segurança de nossas operações constituem para nós valores inegociáveis. O objetivo de maximização de valor para os acionistas não pode, sob qualquer hipótese, prescindir da atenção à segurança das pessoas e operações e à preservação do meio ambiente, nem resultar em subestimação de riscos para que metas sejam atingidas.

Por meio de uma estratégia que reflete riscos e retornos, estamos comprometidos a empregar inovações tecnológicas com o intuito de minimizar as emissões de carbono das nossas operações atuais e futuras, fazendo com que as questões climáticas sejam refletidas nos processos de governança e tomada de decisão.

A geração de lucro econômico exige maior agilidade no processo decisório, o que está sendo perseguido em 2019, com o indispensável cuidado em resguardar os elevados padrões de governança corporativa e as rigorosas normas de conformidade implementados nos últimos anos, em atendimento à legislação nacional e internacional e às regras diferenciadas de governança da B3, às quais a companhia é aderente.

Diante deste cenário, o Conselho de Administração da Petrobras está contribuindo com uma visão integrada do ambiente econômico e da indústria de energia, no país e no mundo, e busca orientar e definir escolhas estratégicas para a companhia, visando sua rentabilidade e sustentabilidade no longo prazo.

Nossas escolhas estratégicas apontam para o futuro, no sentido de promover um conjunto de boas práticas de governança que assegure robustez, eficácia, resiliência e perenidade à organização.

Acreditamos que nossa agenda de mudança transformacional seja capaz de criar considerável valor para os acionistas e para o Brasil no futuro. Nosso desafio é perpetuar esse motor de mudança.

Apresentamos aqui a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Petrobras, exercício 2018.

Conselho de Administração da Petrobras

Identificação geral

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e com os artigos 16 e 18 do Regimento do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras referente ao exercício social de 2018. As informações contidas neste documento constam do Formulário de Referência 2018, disponível no sítio eletrônico da companhia.

CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01. NIRE 33.300032061
Sede: Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ
Tipo de estatal: sociedade de economia mista. Holding
Acionista controlador: União Federal
Tipo societário: sociedade por ações
Tipo de capital: capital aberto
Abrangência de atuação: internacional
Setor de atuação: petróleo, gás natural e energia
Diretora Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores: Andrea Marques de Almeida. Tel.: (021) 3224-2401. E-mail: dfinri@petrobras.com.br .
Auditor independentes: PricewaterhouseCoopers. Responsável técnico: Marcos Donizete Panassol. Tel.: (21) 3232-6112. E-mail: marcos.panassol@br.pwc.com . De 01/01/2015 a 31/12/2016. KPMG Auditores Independentes. Responsável técnico: Marcelo Gavioli. Tel.: (21) 2207-9000. E-mail: mgavioli@kpmg.com.br . Período de prestação de serviços: desde 01/01/2017.
Conselheiros de Administração subscritores:
Eduardo Bacellar Leal Ferreira - Presidente do Conselho. CPF 265.598.977-53
Roberto da Cunha Castello Branco - Presidente da Petrobras. CPF 031.389.097-87
João Cox Neto. CPF 239.577.781-15
Sônia Júlia Sulzbeck Villalobos. CPF 022.306.678-82
Ana Lucia Poças Zambelli. CPF 024.818.357-51
Danilo Ferreira da Silva. CPF 294.854.338-08
Clarissa de Araújo Lins. CPF 851.458.317-49
Marcelo Mesquita de Siqueira Filho. CPF 951.406.977-34
Nívio Ziviani. CPF 072302576-20
Administradores subscritores:
Roberto da Cunha Castello Branco - Presidente da Petrobras. CPF 031.389.097-87
Andrea Marques de Almeida - Diretora Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores. CPF 014.701.357-79
Rafael Mendes Gomes - Diretor Executivo de Governança e Conformidade. CPF 136.813.078-06
Carlos Alberto Pereira de Oliveira - Diretor Executivo de Exploração e Produção. CPF 539.638.907-97
Rudimar Andreis Lorenzatto - Diretor Executivo de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia. CPF 405.086.250-68
Anelise Quintão Lara - Diretora Executiva de Refino e Gás Natural e Diretora Executiva Interina de Relacionamento Institucional. CPF 471.911.476-87
Eberaldo de Almeida Neto - Diretor Executivo de Assuntos Corporativos. CPF 737.109.897-87

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2019*

* Versão originalmente aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras em 29/05/2019.

1. Quem somos

A Petrobras foi constituída em 1953, a fim de conduzir as atividades correlatas à indústria de petróleo e gás natural pelo governo brasileiro. Começamos nossas operações em 1954 e, durante aproximadamente 40 anos, conduzimos com exclusividade as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e de refino de petróleo no Brasil.

Como parte de uma reforma abrangente na regulamentação da indústria de petróleo e gás, o Congresso Brasileiro fez uma emenda na Constituição Federal do Brasil, em 1995, a fim de autorizar o governo brasileiro a contratar qualquer empresa privada ou estatal para realizar atividades de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de óleo, gás natural e derivados. Em 6 de agosto de 1997, o governo promulgou a Lei nº 9.478 (Lei do Petróleo) que estabeleceu um sistema regulamentar com base em concessões, cancelou o direito exclusivo da Petrobras de conduzir atividades de petróleo e gás e permitiu a concorrência em todos os aspectos da indústria no Brasil. Desde então, operamos em um ambiente desregulamentado e competitivo. A Lei do Petróleo também criou uma agência reguladora independente e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para regular a indústria do petróleo, gás natural e combustíveis renováveis no Brasil e promover um ambiente competitivo para o setor. Em 2 de janeiro de 2002, o Brasil desregulou os preços do petróleo, derivados de petróleo e gás natural.

A nova fronteira exploratória descoberta na camada Pré-sal, levou o governo brasileiro a promulgar, em 2010, três leis que constituíram o novo marco regulatório para a exploração e a produção de petróleo e gás natural em áreas não licitadas do Pré-sal (Novo Marco Regulatório): as Leis nº 12.276/10 (Cessão Onerosa), 12.351/10 (Partilha de

Produção) e 12.304/10 (Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA). As Leis do Novo Marco Regulatório não alteram os termos dos Contratos de Concessão já firmados, que cobrem aproximadamente 28% da área mapeada do Pré-sal.

Em 2016, o governo brasileiro promulgou as Leis: (i) nº 13.303, em 30 de junho, que dispõe sobre o estatuto jurídico, dentre outras, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União Federal; e (ii) nº 13.365, em 29 de novembro, que dispõe sobre a faculdade (e não mais obrigatoriedade) da companhia atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção, de que trata a Lei 12.351/10. Com a promulgação de tais diplomas legais, o ambiente regulatório que afeta a companhia, notadamente no que tange à nossa governança e nossas atividades, ganha novos contornos.

As ações ordinárias e preferenciais da companhia são negociadas na bolsa de valores B3 desde 1968. A Petrobras foi constituída como empresa estatal de acordo com a Lei nº 2004, de 3 de outubro de 1953 (posteriormente revogada pela Lei nº 9.478, de 1997), e a maioria do seu capital votante deve pertencer à União Federal.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018, a União Federal possuía 28,67% do capital social total da companhia e 50,26% do capital votante. A Petrobras opera através de subsidiárias, *joint ventures* e empresas associadas estabelecidas no Brasil e em outros países.

Para mais informações sobre nosso histórico e as leis citadas, ver itens 6.3 e 7.5 do nosso Formulário de Referência, disponível no site de Investidores, em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

2. Nossas atividades

A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto cuja motivação é prover a energia que move a sociedade a realizar o seu potencial.

Atuamos, por meio da capacidade técnica única de nossa força de trabalho, de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Estamos presentes nas atividades de exploração e produção, refino, logística, comercialização, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, petroquímica, fertilizantes e biocombustíveis.

Durante 2018, nossa produção média no Brasil foi de 2,53 milhões de barris de óleo equivalente por dia (2,03 milhões de barris de petróleo e 78 milhões m³ de gás natural), o que representou um decréscimo de 4,8% em relação à 2017. A maior parte das nossas reservas domésticas provadas estão em campos grandes e contíguos nas bacias offshore de Campos e Santos, o que nos permite otimizar a infraestrutura e limitar os custos de exploração, desenvolvimento e produção. Em cinco décadas de desenvolvimento de bacias *offshore* no Brasil, desenvolvemos conhecimentos especializados em exploração e produção em águas profundas, no Brasil e em outras áreas de petróleo offshore.

Somos líderes mundiais na exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas e acreditamos que essa posição de liderança resulta da qualidade das iniciativas que caracterizam a nossa história, as quais são reflexos da nossa contínua busca pelo desenvolvimento e introdução de novas tecnologias e metodologias na exploração e produção de petróleo e gás natural.

Nossas principais atividades e de nossas controladas

Nossas atividades estão organizadas em cinco segmentos de negócio:

- **Exploração e Produção (E&P)**

Consiste em nosso principal segmento de negócio, que compreende a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo. Em 2018, nossa produção média no Brasil e exterior foi de 2,63 milhões de barris de óleo equivalente por dia.

As atividades de exploração e produção de petróleo e gás no Brasil são o componente mais expressivo do nosso portfólio e estão focadas em pesquisa, descoberta, identificação, produção e incorporação de reservas de petróleo e de gás natural, em terra e no mar, produzindo hidrocarbonetos de maneira segura e rentável.

Nossas atividades concentram-se em reservatórios de petróleo em águas profundas e ultraprofundas no Brasil, que representaram, em 2018, 85% de toda a nossa produção nacional e contabilizaram 92% de nossas reservas provadas em 31 de dezembro de 2018. Considerando também nossa produção no exterior, produzimos 83% da nossa produção global em águas profundas e ultraprofundas. Atuamos também em campos maduros em águas rasas e em campos terrestres. Fora do Brasil, atuamos na América do Sul, Golfo do México e África Ocidental.

A cadeia da indústria de óleo e gás inicia-se na fase exploratória, com a contratação de blocos exploratórios, seja por meio de leilões realizados por governos, seja por compras de outras empresas. A partir da aquisição, processamento, interpretação de dados geológicos e geofísicos e perfuração de poços, chega-se à descoberta de uma jazida de petróleo, gás ou ambos. Após a descoberta, a jazida passa por um processo de avaliação, onde são estimados os volumes de hidrocarbonetos tecnicamente recuperáveis daquela área.

Em 31 de dezembro de 2018, tínhamos 137 blocos exploratórios, nos quais 24 descobertas de petróleo e/ou gás estavam sob processo de avaliação. Além dessas, outras cinco descobertas

encontravam-se em avaliação nas áreas de produção.

Em 2018, a ANP realizou três rodadas de licitação de blocos exploratórios no Brasil (a 4ª e 5ª rodadas sob o regime de partilha de produção e a 15ª rodada sob o regime de concessão). Atuamos de forma seletiva nesses leilões, refletindo nossa visão estratégica e marcando o fortalecimento da recomposição do nosso portfólio exploratório, ao mesmo tempo em que buscamos recuperar a relação entre reserva e produção e assegurar a sustentabilidade da nossa produção futura de óleo e gás. Em alinhamento com o objetivo de fortalecer parcerias, compartilhando riscos, combinando competências técnicas e tecnológicas e capturando sinergias, seguimos nossa estratégia de atuação em consórcios competitivos.

Em relação à 6ª Rodada de Licitação de blocos exploratórios sob o regime de partilha de produção, prevista para ser realizada no segundo semestre de 2019, manifestamos ao Ministério de Minas e Energia, em janeiro de 2019, interesse em exercer o direito de preferência em três blocos: Aram, Norte de Brava e Sudoeste de Sagitário.

Nossos investimentos em exploração somaram R\$ 5,15 bilhões, em 2018, sendo 97% no Brasil. Esses investimentos abrangem, principalmente, os custos de perfuração, levantamentos sísmicos e aquisição de blocos.

Após a declaração de comercialidade de um campo, começa o processo de desenvolvimento da produção. Os investimentos realizados nessa fase estão voltados principalmente para a concepção de projetos e contratação de sistemas de produção, o que inclui as plataformas, os sistemas submarinos e a perfuração e completação dos poços.

Em 2018, tivemos a entrada em operação de três plataformas próprias: FPSOs P-74 e P-75, localizados no campo de Búzios; e FPSO P-69, localizado no campo de Lula; e uma unidade afretada, FPSO Cidade de

Campos dos Goytacazes, localizado no campo de Tartaruga Verde. Além disso, tivemos também a conclusão da primeira etapa dos testes de produção no campo de Mero, primeiro campo do regime de partilha a entrar em produção no Brasil. O desenvolvimento desses sistemas permitirá o crescimento significativo de nossa produção, que deverá atingir um crescimento médio de 5% ao ano no período de 2019 a 2023. Em fevereiro de 2019, entraram em operação a P-67, no Campo de Lula e a P-76, no Campo de Búzios; e em março do mesmo ano entrou em produção a P-77, também no Campo de Búzios.

Nossos investimentos em desenvolvimento da produção, em 2018, foram de R\$ 32,4 bilhões, um aumento de 9% em relação ao ano anterior em função, principalmente, da entrada em operação dos cinco novos sistemas mencionados.

Área de Libra e Campo de Mero

Primeiro bloco no regime de partilha de produção no Brasil, Libra é um dos maiores projetos de exploração e produção offshore do mundo e é conduzido por um consórcio (Consórcio de Libra), liderado pela Petrobras (40%), em parceria com a Shell (20%), Total (20%), CNPC (10%) e CNOOC Limited (10%). O consórcio conta ainda com a participação da companhia estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) como gestora do contrato.

Desde a assinatura do contrato de partilha de produção, em 2013, já foram perfurados 17 poços na área de Libra, sendo 14 no campo de Mero.

Em 2017, em nome do consórcio, anunciamos a declaração de comercialidade na porção noroeste do bloco de Libra, que passou a se chamar campo de Mero.

Em 2018, concluímos o teste de longa duração (TLD), etapa que antecede o início da produção definitiva e visa a conhecer melhor o reservatório, através do FPSO Pioneiro de Libra, que possui capacidade para processar 50 mil barris

por dia de petróleo e 4 milhões de m³/dia de gás associado, podendo injetar no reservatório todo o gás produzido, reduzindo as emissões de CO₂.

Os primeiros sistemas de produção definitivos estão previstos para entrar em operação em 2021 (Mero 1) e 2022 (Mero 2) com capacidade para 180 mil bpd de petróleo e 12 milhões de m³/dia de gás. Atualmente estão previstos quatro sistemas de produção para esse campo.

Produção

Em 2018, nossa produção total de petróleo e gás, incluindo líquidos de gás natural (LGN) foi de 2,63 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), sendo 2,53 milhões boed produzidos no Brasil e 101 mil boed no exterior. A média anual da produção total operada da companhia (parcela própria e dos parceiros) em 2018 foi de 3,29 milhões boed, sendo 3,16 milhões boed no Brasil.

Os principais destaques da produção da companhia no ano de 2018 foram:

I - A entrada em operação de quatro novos sistemas de produção: as plataformas P-74 e P-75, localizadas no Campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos; a plataforma P-69, localizada no Campo de Lula, também no pré-sal da Bacia de Santos; e o FPSO Cidade de Campos dos Goytacazes, no Campo de Tartaruga Verde, no pós-sal da Bacia de Campos;

II - O contínuo desenvolvimento da produção do pré-sal, que completou 10 anos e registrou novos recordes: produção anual de petróleo e gás natural operada pela Petrobras de 1,75 milhão boed e o recorde mensal de 1,85 milhão de boed, que foi alcançado em dezembro;

III - O atingimento de um novo recorde anual no aproveitamento de gás da Petrobras no Brasil, com a marca de 96,6%, consequência dos esforços empreendidos ao longo dos últimos anos através do Programa de Otimização do Aproveitamento de Gás;

IV - A realização de desinvestimentos nos campos de Lapa, Sururu, Berbigão, Oeste de Atapu e Roncador, além da formação da Joint Venture da Petrobras América Inc. com a Murphy Exploration & Production Co, contemplando os ativos de E&P em produção de ambas as empresas.

No exterior, a produção média de petróleo, em 2018, foi de 64 mil bpd, 1% acima do volume produzido no ano anterior. A produção média de gás natural ficou em 6,2 milhões m³/d, 25% abaixo da produção de 2017.

Nosso custo médio de extração (Brasil e exterior), em 2018, foi de US\$ 10,7 por boe, excluindo as taxas do governo. O valor representa uma redução de 3,2% em comparação com o custo médio de US\$ 11,0 por boe registrado em 2017, mesmo considerando a entrada em operação de novas unidades.

A ANP aprovou em março de 2019 a proposta de Acordo de Individualização da Produção (AIP) da Jazida Compartilhada de Lula, localizada na Bacia de Santos.

A Petrobras assinou, em 5 de abril de 2019, o acordo que oficializa a unificação de campos na região conhecida como “Parque das Baleias”, localizada na porção da Bacia de Campos confrontante ao Espírito Santo. O acordo encerra processo iniciado em 2014, quando a ANP determinou a unificação de todos os campos do Parque das Baleias.

O Parque das Baleias é um complexo de jazidas que produzem do pré-sal e do pós-sal. Situado ao norte da bacia geológica de Campos, produz uma média de 260 mil bpd e 7 milhões de m³/d de gás, por meio de quatro plataformas e 63 poços.

Está previsto no acordo a prorrogação do prazo de concessão do novo Campo de Jubarte unificado, que viabilizará a implantação de um novo sistema de produção, o Integrado do Parque das Baleias, com entrada em operação prevista para 2022, e também outros projetos na área.

O conceito de campo foi definido com base em critérios técnicos pela ANP e a Petrobras e, pelos termos do acordo, com a unificação de campos do Parque das Baleias a partir do 4º trimestre de 2016, a Petrobras pagará o valor de R\$ 3,5 bilhões.

Reservas

Nosso foco da atuação em exploração e produção de petróleo é o Brasil. Nosso portfólio é concentrado na região Sudeste, sendo a maior parte das reservas de petróleo situadas em campos marítimos, em águas profundas e ultraprofundas, localizadas nas Bacias de Campos, de Santos e do Espírito Santo. Atuamos também em campos terrestres e marítimos em águas rasas.

Considerando exclusivamente os direitos da Petrobras, podemos explorar e produzir petróleo e gás no Brasil em uma área de 72.852 km², dos quais 30,9% estão em terra e 69,1% no mar. Deste total, 25% são áreas desenvolvidas e 75% são áreas a serem desenvolvidas (em fase exploratória ou em desenvolvimento).

O polígono do pré-sal, região na qual novas áreas exploratórias só podem ser outorgadas no regime de partilha de produção, ocupa uma área de aproximadamente 146,7 mil km² (36,26 milhões de acres), nos quais temos direitos de exploração e produção sobre 18% da área total (cerca de 26,5 mil km² ou 6,55 milhões de acres).

No Brasil, a União é proprietária do petróleo, mas a extração pode ser feita por empresas ou consórcios mediante diversas formas de pagamento, como os royalties, que variam em função do modelo regulatório aplicado.

Atualmente, os nossos principais campos em produção seguem o regime de concessão. Já os que se enquadram nos regimes de cessão onerosa e partilha de produção representarão grande parte da nossa produção a médio e a longo prazo.

As reservas de petróleo são medidas de acordo com critérios definidos pela Securities and Exchange Commission (SEC), que levam em consideração aspectos técnicos e econômicos para a mensuração dos volumes existentes e a possibilidade de produzi-los no futuro.

Em 2018, conseguimos repor 125% do volume produzido, desconsiderando os efeitos das aquisições e dos desinvestimentos realizados nesse mesmo ano, devido, principalmente, à perfuração de novos poços, às respostas positivas à injeção de água e ao bom desempenho dos reservatórios no pré-sal das bacias de Santos e Campos.

As operações de desinvestimentos proporcionaram a monetização antecipada de 0,421 bilhão de boe referentes a: cessão de direitos de 35% da participação do Campo de Lapa e 22,5% da participação dos campos de Berbigão, Sururu e Oeste de Atapu para a Total; cessão de 25% do Campo de Roncador, concretizando a parceria estratégica com a Equinor; e formação da Joint Venture da Petrobras América Inc. com a Murphy Exploration & Production Co.

A Petrobras, historicamente, submete à certificação pelo menos 90% de suas reservas provadas segundo o critério SEC. Atualmente, a empresa certificadora é a D&M (DeGolyer and MacNaughton).

A relação Reservas/Produção (R/P), que foi de 10,6 anos, em 31 de dezembro de 2017, passou para 11,1 anos, em 31 de dezembro de 2018.

Negociação do Contrato da Cessão Onerosa

O Contrato de Cessão Onerosa, firmado entre a Petrobras e a União Federal e regido pela Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, regula a transferência para a Petrobras dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas específicas do pré-sal.

Em contrapartida ao direito de exploração e produção, a Petrobras pagou à União o montante de R\$ 74,808 bilhões que, em 2018, encontra-se registrado em seu ativo imobilizado.

Em novembro de 2017, foi constituída uma comissão interna responsável pela negociação da revisão do Contrato de Cessão Onerosa com representantes da União Federal.

Em janeiro de 2018, o governo instituiu uma Comissão Interministerial com representantes dos Ministérios de Minas e Energia (MME), da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com a finalidade de concluir os termos da revisão do Contrato, que se encerrou por decurso de prazo.

Contudo, a Petrobras e os representantes da União Federal prosseguiram as tratativas para revisão do contrato. As discussões evoluíram e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou a Resolução 12/2018, em 14 de setembro de 2018, recomendando ao MME o envio prévio da minuta de termo aditivo ao Contrato ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise. O MME enviou a minuta do termo aditivo ao TCU, na mesma data.

Em 11/04/2019, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética nº 5, contendo os termos da minuta do Aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa. Segundo a referida resolução, a Petrobras será ressarcida em US\$ 9,058 bilhões (nove bilhões e cinquenta e oito milhões de dólares), em razão da revisão do contrato.

Em 18/04/2019, foi publicada a Resolução CNPE nº 6, dispondo sobre os parâmetros da licitação dos volumes excedentes ao Contrato de Cessão Onerosa, sob o regime de Partilha da Produção. Em 23/04/2019, foi publicada a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 213, definindo os critérios para cálculo da compensação devida pelo vencedor da licitação à Petrobras, em razão do diferimento do

seu fluxo de caixa, conforme previsto na Resolução CNPE nº 2, de 28/02/2019.

Em 10/05/2019, foi publicada a resolução CNPE nº 8, retificando os parâmetros técnicos e econômicos da licitação dos Volumes Excedentes ao Contrato da Cessão Onerosa sob o regime de Partilha de Produção.

Em 20/05/2019, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Termo Aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa. Tal aprovação, contudo, está condicionada à solução orçamentária para o pagamento da União à Petrobras e à publicação de Portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre o Acordo de Coparticipação que não viole o direito adquirido da Companhia no Contrato de Cessão Onerosa e as condições já negociadas no âmbito do processo de Revisão, formalizadas na minuta do termo aditivo ao Contrato e na Portaria MME nº 213/2019.

A deliberação do Conselho de Administração acompanhou a decisão do Comitê de Minoritários e condicionou ainda que a celebração do termo aditivo ocorra antes da realização do leilão dos excedentes da Cessão Onerosa.

Em 21/05/2019, a Petrobras manifestou interesse no exercício do direito de preferência nas áreas de desenvolvimento de Búzios e Itapu, com percentual de 30%. A Petrobras também poderá ampliar sua participação mínima de 30%, na data de realização do leilão, para as áreas de desenvolvimento em que manifestou o interesse em exercer seu direito de preferência. O valor correspondente ao bônus de assinatura a ser pago, caso haja confirmação do percentual de participação nos termos acima pelo CNPE, será de R\$ 20.988 milhões.

Em relação às áreas nas quais não manifestou o interesse no direito de preferência, a companhia poderá participar em condições de igualdade com os demais licitantes, seja como operador ou não-operador.

- **Refino, Transporte e Comercialização (RTC)**

Inclui o refino, logística, transporte, exportação e aquisição de petróleo bruto, assim como a compra e venda de produtos derivados do petróleo, biodiesel e etanol. Adicionalmente, este segmento inclui a área de petroquímica, que compreende investimentos em sociedades do setor petroquímico, a exploração e processamento de xisto, bem como atividades de refino e distribuição no exterior.

Este segmento realiza a aquisição de petróleo bruto do segmento de E&P, importa petróleo para a mistura com o petróleo doméstico, os quais são utilizados para produção de derivados em nosso parque de refino, bem como realiza a aquisição de derivados de petróleo em mercados internacionais aproveitando os diferenciais de preços existentes entre o custo de processamento do petróleo no Brasil e o custo de importação de produtos derivados de petróleo.

Em 2017, continuamos operando grande parcela da capacidade de refino total do Brasil, 98,2% segundo o Anuário Estatístico 2017 da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A Liquigás Distribuidora S.A. (Liquigás), empresa contabilizada em nossas demonstrações financeiras consolidadas no segmento de Refino, Transporte e Comercialização, inclui os serviços de distribuição de gás liquefeito de petróleo.

Em janeiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (AGE) da Petrobras aprovou a venda da Liquigás. Em fevereiro de 2018, porém, foi comunicado que o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu, por maioria dos seus membros, pela reprovação da alienação da Liquigás para a Ultragas. Em 29 de março de 2019, então, divulgamos fato relevante informando que iniciou a etapa de divulgação da oportunidade (Teaser), referente à venda da Liquigás.

Em 10 de maio de 2019, foi anunciado ao mercado início da fase não vinculante referente à venda da integralidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A. Nesta etapa do projeto, os interessados que tiverem assinado o Acordo de Confidencialidade receberão um memorando descritivo contendo informações mais detalhadas sobre os ativos em questão, além de instruções sobre o processo de desinvestimento, incluindo as orientações para elaboração e envio das propostas não vinculantes. Essa empresa faz parte da gestão ativa de portfólio, conforme Plano Estratégico da Petrobras, que visa a otimizar o portfólio de negócios, com foco em óleo e gás, saindo integralmente das atividades de distribuição de GLP.

No mercado externo, atuamos na Colômbia, onde possuímos uma planta de lubrificantes e 116 postos de atendimento, no Uruguai, no segmento de distribuição, com 88 postos de atendimento, e atuamos, até março de 2019, no Paraguai, quando todos os ativos de distribuição foram vendidos.

Refino

Em 2018, nossas 13 refinarias no Brasil, com capacidade total de destilação de petróleo bruto de 2,176 milhões de barris por dia, processaram 1,715 milhão de barris por dia de petróleo e líquido de gás natural (LGN) e produziram 1,765 milhão de barris por dia de derivados. Do volume total do petróleo processado, 91% foram provenientes de campos brasileiros.

Em janeiro de 2019, realizamos a alienação integral da Pasadena Refining System Inc, refinaria localizada no Texas (EUA). Em 2017, a refinaria processou 94 mil barris por dia de óleo, o equivalente a 88% da capacidade instalada, e produziu 94 mil barris por dia de derivados. No ano de 2018, o processamento de petróleo foi de 100 mil barris por dia, o equivalente a 91% da capacidade instalada e produziu 108 mil barris por dia de derivados.

Em 26 de abril de 2019, comunicamos que nosso Conselho de Administração aprovou novas diretrizes para a gestão do portfólio, que consideram a venda de ativos com destaque para o segmento de Refino e Distribuição, incluindo a venda integral da PUDSA, rede de postos no Uruguai, oito refinarias que totalizam capacidade de refino de 1,1 milhão de barris por dia, e a venda adicional de participação na Petrobras Distribuidora (BR), permanecendo a Petrobras como acionista relevante. Os ativos de refino incluídos neste programa de desinvestimento são: Refinaria Abreu e Lima (RNEST), Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), Refinaria Landulpho Alves (RLAM), Refinaria Gabriel Passos (REGAP), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), Refinaria Isaac Sabbá (REMAN) e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR).

Os projetos de desinvestimento das refinarias, além do reposicionamento do portfólio da companhia em ativos de maior rentabilidade, possibilitarão também dar maior competitividade e transparência ao segmento de refino no Brasil, em linha com o posicionamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e recomendações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Os projetos seguirão a Sistemática de Desinvestimentos da Petrobras e terão suas principais etapas divulgadas oportunamente ao mercado.

- **Distribuição**

Inclui a distribuição de derivados de petróleo, etanol e gás natural veicular no Brasil para atacadistas e por meio da rede de postos de serviços da subsidiária Petrobras Distribuidora S.A., além das operações de distribuição em subsidiárias no exterior.

A Petrobras Distribuidora é a maior distribuidora de derivados de petróleo do Brasil, com participação de mercado de 28,7% em 2018, contando com 7.665 postos de serviços e, aproximadamente,

16.000 clientes consumidores distribuídos ao longo de todo o território brasileiro.

- **Gás e Energia**

Inclui o processamento, logística, comercialização de gás natural e energia elétrica, transporte e comercialização de gás natural liquefeito (GNL), geração de energia através de usinas termelétricas, bem como a participação em sociedades transportadoras e distribuidoras de gás natural no Brasil e no exterior. Também se incluem nesse segmento os resultados de nossas operações de fertilizantes.

Atua de forma conjunta com a área de Exploração e Produção no Brasil, visando compatibilizar a oferta e a demanda de gás, com importação de gás boliviano e gás natural liquefeito (GNL), incluindo o atendimento ao consumo interno das operações de refino, das usinas termelétricas a gás natural e das plantas de fertilizantes.

A monetização do gás natural das bacias sedimentares do Brasil é um dos principais objetivos estratégicos da área de Gás. O crescimento da produção nacional de petróleo e a consequente elevação da produção do gás associado promove também o aumento da oferta de gás. Essa elevação tem contribuído para o aumento da confiabilidade no fornecimento do produto, tanto para consumo interno, como para as demandas termelétrica e não termelétrica através dos contratos com as companhias distribuidoras, reduzindo progressivamente a necessidade de importação.

A oferta de gás natural ao mercado brasileiro, em 2018, foi, em média, de 77,8 milhões de m³/dia, ou seja, 5,9% inferior à média de 2017. Desse total, 48,9 milhões de m³/dia foram provenientes da produção nacional, 6,8 milhões de m³/dia de gás natural liquefeito (GNL) foram regaseificados nos terminais de GNL em Pecém (CE), na Baía de Guanabara (RJ) e na Bahia, e 22,1 milhões de m³/dia foram importados da Bolívia.

Contamos com 23 unidades de processamento de gás natural, sendo 20 no Brasil e três na Bolívia, com uma capacidade total instalada de processamento de 149,02 milhões de m³/dia. Nossas unidades de processamento estão localizadas no Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Bolívia e têm capacidade para processar o gás natural em sua forma gasosa e condensada.

O volume total médio de gás natural processado no Brasil em 2018 foi de 65,4 milhões m³/dia, 9,3% maior que 2017. Após o processamento do gás natural, os principais produtos foram 53,12 milhões m³/dia de gás natural e 3,47 mil t/dia de GLP. Além do gás natural produzido no Brasil, também recebemos o gás natural da Bolívia, por meio de gasoduto, e o gás natural liquefeito, importado de outros países em navios especiais e regaseificado em terminais no Brasil.

Com relação ao transporte de gás natural no Brasil, a Petrobras possui 100% do capital da Transportadora Associada de Gás (TAG), responsável pelo transporte do gás natural nas regiões norte e nordeste e detém 51% do capital da Transportadora do Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).

Em 25 de abril de 2019, assinamos contrato de compra e venda para alienação de 90% de nossa participação na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) para o grupo formado pela ENGIE e pelo fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ). A Petrobras continuará a utilizar os serviços de transporte de gás natural prestados pela TAG, por meio dos contratos já vigentes entre as duas companhias, sem qualquer impacto em suas operações e na entrega de gás para distribuidoras e demais clientes.

É importante ressaltar que a Petrobras concluiu, em 4 de abril de 2017, a venda de 90% das ações da empresa na Nova Transportadora do Sudeste (NTS) com dutos de 2.043 quilômetros de extensão para Nova Infraestrutura Fundo de

Investimentos em Participações (FIP), gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., entidade afiliada à Brookfield Asset Management.

A área de Energia é responsável pela geração e comercialização de energia elétrica, e atua nos ambientes de contratação de contratação livre (ACL) e regulado (ACR).

Nosso parque gerador tem capacidade instalada de 6,1 mil MW e é composto por 20 usinas termelétricas, movidas a gás natural, óleo diesel ou óleo combustível. Também possuímos usinas com geração a partir de fontes renováveis e participação minoritária em outros projetos, que somam cerca de 322 MW a sua capacidade de geração de energia elétrica.

Em 2018, geramos 2,2 mil megawatts médios (MWmed) de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse resultado é, aproximadamente, 30% menor que o de 2017, devido à redução do despacho termelétrico das nossas usinas, principalmente no quarto trimestre do ano, diante da elevação do armazenamento dos reservatórios que abastecem as usinas hidrelétricas do SIN, consequência da melhora do cenário hidrológico observado ao longo do quarto trimestre do ano.

Em 2018, vendemos no ambiente de contratação livre 832 MWmed, volume superior aos 788 MWmed do ano anterior. No ambiente de contratação regulado as vendas totalizaram 2,79 mil MWmed, contra 3,05 mil MWmed de 2017, em função do término de contratos.

Atuamos na produção e na comercialização de fertilizantes. Possuímos, atualmente, duas fábricas próprias, que estão localizadas nos estados da Bahia e do Sergipe, e participação integral da sociedade Araucária Nitrogenados S.A, no estado do Paraná. Juntas têm capacidade instalada para produção de 1,852 milhão de ton/ano de ureia, 1,406 milhão ton/ano de amônia, 319 mil ton/ano de sulfato de

amônio e 800 mil ton/ano de ARLA-32. Os principais produtos dessas fábricas são amônia e ureia; em 2018 não houve produção de sulfato de amônio.

A companhia deu início ao processo de venda da empresa Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), que opera em Araucária (PR), e da Unidade de Fertilizantes-III (UFN-III), cuja planta, em Três Lagoas (MS), está 81% concluída.

Em março de 2018, decidimos hibernar nossas fábricas de fertilizantes nitrogenados localizadas em Sergipe (Fafen-SE) e na Bahia (Fafen-BA), cujo processo foi postergado até primeiro de fevereiro de 2019. No presente momento, há duas decisões liminares em vigor determinando a continuidade operacional das fábricas. A Petrobras está recorrendo de ambas as decisões. Seguimos com o processo licitatório para arrendamento destas unidades à terceiros.

- **Biocombustível**

Inclui a produção de biodiesel e seus coprodutos, em especial glicerina, e a produção de etanol e seus coprodutos, em especial açúcar e energia elétrica, através de ativos próprios e participações societárias.

Em 2008, foi criada a Petrobras Biocombustível, subsidiária da Petrobras, com a missão de produzir biocombustíveis com responsabilidade social e ambiental, contribuindo para a diversificação da matriz energética brasileira e a redução da emissão dos gases de efeito estufa. Nossa atual diretriz estratégica continua sendo a saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento, tendo entrado em uma série de transações estratégicas para esse fim.

Nossas subsidiárias

Nossas principais subsidiárias são: (i) a Petrobras Distribuidora S.A. (BR), (ii) a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) e (iii) a Petrobras Biocombustível S.A. (Pbio).

(i) Petrobras Distribuidora (BR)

A Petrobras Distribuidora atua na comercialização e distribuição de derivados de petróleo e de biocombustíveis em todo o Brasil, com presença em todo território nacional.

As atividades comerciais da BR Distribuidora são divididas nos seguintes segmentos:

- *Rede de Postos.* O segmento de Rede de Postos é responsável por distribuir combustíveis automotivos, como diesel, gasolina, etanol, GNV e lubrificantes, para postos revendedores. Além de fornecer combustíveis, a BR Distribuidora oferece uma ampla gama de serviços adicionais para o consumidor final, por meio de sua rede de lojas de conveniência, sob a marca BR Mania, bem como franquias de serviços de revisão e manutenção automotivos, sob a marca LUBRAX+. Voltado para esse segmento, a BR possui o programa de fidelidade Petrobras Premmia, que conta com mais de 12,9 milhões de consumidores cadastrados em 31 de dezembro de 2018.
- *Mercado Consumidor (antigo segmento Mercado de Grandes Consumidores).* Atende clientes com elevado volume de produtos adquiridos, distribuindo combustíveis e lubrificantes para os mais diferentes setores e indústrias da economia, dentre os quais: metalurgia, siderurgia, mineração, sucroalcooleiro, têxtil, papel e celulose, alimentos e bebidas, cimento e cerâmica, transporte, TRR (*Transportador, Revendedor e Retalhista*) e termoelétricas. A atuação no segmento de Mercado Consumidor engloba também serviços relacionados, tais

como: gestão do abastecimento, fornecimento de hardware e software; serviços ambientais e de lubrificação, entre outros.

contando com fábricas, cuja capacidade de armazenagem alcança a marca de 7,6 mil toneladas, e laboratórios especializados.

- **Mercado de Aviação.** A BR Distribuidora atua na distribuição e comercialização de gasolina e querosene de aviação, lubrificantes e serviços especializados para clientes dos segmentos de aviação comercial, executiva e militar. O segmento de Aviação compreende, também, o BR Aviation Center, que oferece serviços como hangaragem, polimento, limpeza interna e externa de aeronave, fornecimento de energia e trator, além do abastecimento.
- **Mercados Especiais.** A BR Distribuidora comercializa produtos químicos como solventes, enxofre, ureia, óleos agrícolas e óleos de processo para diversas indústrias, como tintas e vernizes, adesivos, borracha, química fina e agronegócio. Possui também depósitos para armazenagem e distribuição de produtos químicos para o segmento de exploração e produção de óleo e gás. Além disso, a BR é responsável pela operação da concessão de gás natural no Espírito Santo, pela distribuição de coque verde de petróleo da Petrobras, tendo como principais clientes as indústrias metalúrgicas e cimenteiras, e pelo desenvolvimento de soluções energéticas para clientes do segmento comercial e industrial.
- **Asfalto.** A Stratura Asfaltos S.A, subsidiária integral da Petrobras Distribuidora S.A., comercializa e industrializa produtos asfálticos, tais como cimento asfáltico de petróleo (CAP), asfalto diluído de petróleo (ADP), emulsões asfálticas convencionais e com polímero, asfalto borracha e asfaltos modificados com polímero. Para atender aos mercados de atuação, a Stratura, valendo-se da sua capilaridade logística e alta capacitação técnica, se faz presente em todo o território nacional,

A participação total da BR no mercado de distribuição de derivados é de 28,7%, sendo líder nos segmentos de rede de postos, grandes consumidores e aviação, com 23,9%, 39,6% e 54,2% de participação de mercado, respectivamente.

Em 2018, o volume de vendas da BR foi 3,8% inferior ao de 2017. A companhia obteve *market share* de 28,7%, participação inferior à obtida no mesmo período do ano anterior (29,8%).

Destaca-se que o menor despacho para as térmicas, a maior representatividade do etanol no *mix* do ciclo Otto em detrimento às gasolinas, bem como a restrição operacional de um grande cliente de óleo combustível, a partir de março de 2018, foram fatores relevantes para o menor *market share* no período.

A Petrobras Distribuidora realizou em 15 de dezembro de 2017 sua oferta pública inicial de ações (*Initial Public Offering - IPO*) na B3. A oferta inicial de ações se deu através da venda (*Block trade*) pela Petrobras de parcela das ações ordinárias de emissão Petrobras Distribuidora detidas pela companhia. Com o IPO, a Petrobras Distribuidora deixou de ser uma subsidiária integral da companhia. Atualmente a participação da Petrobras no capital da BR é de 71%.

Em 22 de maio de 2019, a Petrobras aprovou o modelo de venda adicional de sua participação na Petrobras Distribuidora a ser conduzida através de uma oferta pública secundária de ações (*follow-on*). Após a oferta, a participação remanescente da Petrobras no capital social da BR será inferior a 50%.

Para maiores informações sobre a Petrobras Distribuidora, vide Formulário de Referência 2018 da Petrobras Distribuidora nos sites de investidores da BR (www.ri.br.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

(ii) Transpetro

A Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) é uma empresa de transporte e logística de combustível brasileira que atua em operações de importação e exportação de petróleo e derivados, gás e biocombustíveis. Opera cerca de 15 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos para o abastecimento das indústrias, termelétricas e refinarias brasileiras.

A operação de terminais e oleodutos é um importante elo na cadeia logística de abastecimento do Sistema Petrobras. Dos campos de produção, o petróleo é transportado, por oleodutos ou por navios, para os terminais da Transpetro e de lá até as refinarias ou para exportação. Após o refino, os derivados são novamente escoados por dutos aos terminais para serem entregues às companhias distribuidoras, que abastecem os mercados nacional e internacional.

Operando 47 terminais e uma malha de 7.719 km de oleodutos, a Transpetro movimentou, em 2017, 571,5 milhões m³, e, em 2018, 563,8 milhões m³ de petróleo e derivados.

Adicionalmente, em 2017, a Transpetro movimentou, em média, 69,7 milhões m³ de gás por dia, e em 2018, em média, 64,6 milhões m³ de gás por dia em uma malha de 7.155 km de gasodutos.

A capacidade de transporte da Transpetro e sua subsidiária integral Transpetro International B.V. - TIBV, era de 4,57 milhões de toneladas de porte bruto (TPB) por meio de 57 embarcações (próprias e afretadas) no final de 2018. No primeiro trimestre de 2019, a Transpetro recebeu um novo navio, totalizando 58, e a capacidade aumentou para 4,68 milhões de TPB. Essas embarcações são utilizadas tanto no escoamento da produção marítima como no transporte de petróleo e derivados, gás liquefeito de petróleo e

etanol para abastecer os mercados nacional e internacional.

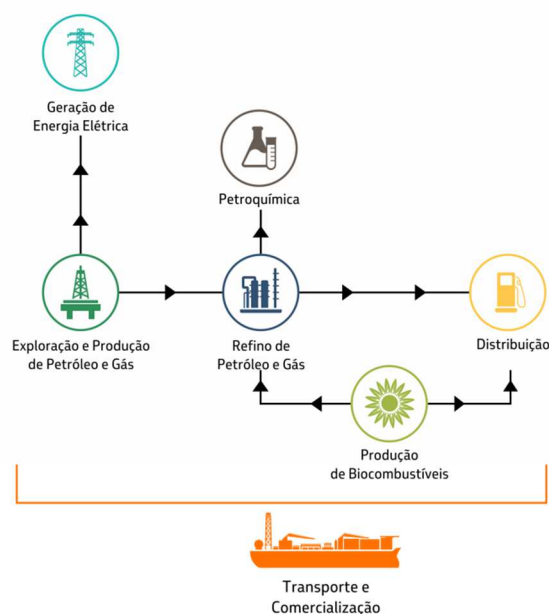
(iii) Petrobras Biocombustível (PBIO)

A Petrobras Biocombustível tem como objeto (i) a produção, logística e comercialização de biocombustíveis, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins, (ii) a logística e comercialização de matéria prima e (iii) a geração de energia elétrica associada às suas operações.

A Petrobras Biocombustível produz o biodiesel, em ativos próprios e por meio de coligadas, um combustível menos poluente que o diesel fóssil por ser obtido a partir de fontes renováveis como óleos vegetais, resíduos e gorduras animais.

A produção de biodiesel pela Petrobras Biocombustível se dá por meio de uma reação química denominada transesterificação de triglicerídeos com metanol. A glicerina é o principal subproduto do processo. A legislação brasileira obriga misturar 10% de biodiesel em todo o diesel vendido no país desde março de 2018, podendo chegar a 20% no uso rodoviário e 30% no ferroviário. O uso experimental poderá usar até 100% de biodiesel.

 PETROBRAS



Informações sobre segmentos operacionais

Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da companhia

Segmento	R\$ Milhões					
	31/12/2018	%	31/12/2017	%	31/12/2016	%
E&P	191.546	31	134.737	28	116.033	25
RTC	269.138	44	214.067	45	217.181	47
G&E	45.028	8	39.549	9	32.809	7
BIOCOMBUSTÍVEIS	929	0	682	0	839	0
DISTRIBUIÇÃO	102.013	17	88.050	18	97.101	21
RECEITA AGREGADA	608.654	100	477.085	100	463.963	100
ELIMINAÇÕES ⁽¹⁾	(258.818)		(193.390)		(181.374)	
CONSOLIDADO	349.836		283.695		282.589	

(1) Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da companhia

Segmento	R\$ Milhões					
	31/12/2018	%	31/12/2017	%	31/12/2016	%
E&P	44.196	161	22.453	5.517	4.762	(42)
RTC	8.405	30	13.510	3.318	20.594	(184)
G&E	1.709	6	6.113	1.502	2.557	(23)
BIOCOMBUSTÍVEIS	3	-	(148)	(36)	(1.055)	9
DISTRIBUIÇÃO	1.290	5	1.663	409	220	(2)
CORPORATIVO	(28.079)	(102)	(43.184)	(10.610)	(38.273)	342
LUCRO/PREJUÍZO AGREGADO	27.524	100	407	100	(11.195)	100
ELIMINAÇÕES ⁽¹⁾	(1.745)		(853)		(3.629)	
CONSOLIDADO	25.779		(446)		(14.824)	

(1) Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Para mais informações sobre nossas atividades e a representatividade de cada um dos nossos segmentos de negócio, ver os itens 7.1 e 7.2 do Formulário de Referência, em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

Nossa estratégia

Em dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Plano Estratégico 2040 (PE 2040) e o Plano de Negócios e Gestão 2019-2023 (PNG 2019-2023) elaborados de forma integrada.

Plano Estratégico 2040

Nosso Plano Estratégico (PE 2040) e de Negócios e Gestão (PNG 2019-2023) possui foco na exploração e produção de óleo e gás natural, sendo a nossa grande fortaleza e fonte de geração de valor. No médio prazo a comercialização e utilização do gás natural como fonte de geração de energia ganhará mais relevância em nossas operações, seguindo a tendência desse combustível na transição energética. No longo prazo, estudaremos oportunidades em energias renováveis, que tenham sinergias com nossas atividades e vantagens competitivas. Assim, teremos segurança na formação de um portfólio sustentável. A tecnologia digital permeará nossas atividades ao longo desse horizonte (PE 2040) com o objetivo de redução de custos e aumento de produtividade.

A empresa explicita o seu propósito e reafirma os seus valores:

Visão

Uma empresa integrada de energia, que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única.

Propósito

Prover a energia que move a sociedade a realizar o seu potencial.

Valores

Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; ética e transparência; orientação ao mercado; superação e confiança; e resultados.

Nossas estratégias foram ajustadas, definindo o foco das ações por segmento de negócio, detalhadas a seguir:

Exploração e Produção

Maximizar o valor da Petrobras por meio da gestão ativa do portfólio de E&P;

- Garantir a sustentabilidade de produção de óleo e gás, priorizando a atuação em águas profundas.

Gás Natural

Otimizar a posição no segmento de gás natural e energia no Brasil e desenvolver posições no mercado global, por meio de parcerias.

Refino, Transporte, Comercialização e Petroquímica

Maximizar o valor da Petrobras por meio de uma gestão ativa do portfólio de refino, logística, comercialização e petroquímica integrados às atividades de produção de óleo e gás nacionais;

Sair dos negócios de fertilizantes, distribuição de GLP e das participações e produção de biodiesel e etanol.

Renováveis

Atuar em negócios de energia renovável de forma rentável, com foco em eólica e solar no Brasil.

Estratégias Corporativas

- Desenvolver as competências críticas e uma cultura de alto desempenho para atender aos novos desafios da companhia;
- Preparar a Petrobras para um ambiente mais competitivo apoiando-se na eficiência de custos, escala e transformação digital;
- Avaliar as parcerias atuais e futuras buscando a integridade e a criação de valor;
- Fortalecer a credibilidade, o orgulho e a reputação da Petrobras junto aos nossos públicos de interesse.

Plano de Negócios e Gestão 2019-2023

Nosso Plano de Negócios e Gestão detalha o planejamento operacional, com foco em segurança, bem como o planejamento financeiro e a busca pela rentabilidade dos nossos negócios para os próximos cinco anos.

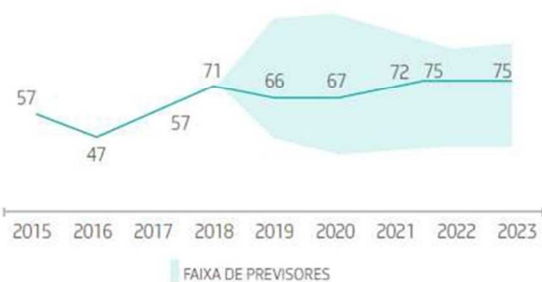
O Plano incorpora uma nova métrica, buscando garantir a rentabilidade, além de manter as métricas de segurança e de redução da dívida, que orientam as estratégias da companhia:



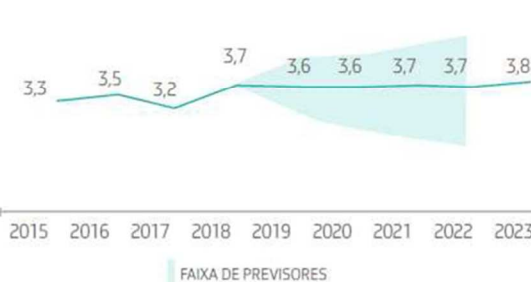
Entre as principais premissas que impactam os nossos negócios estão o preço do petróleo Brent e a taxa de

câmbio. Em nosso PNG 2019-2023 consideramos os seguintes valores para essas variáveis:

PREÇOS DO BRENT
(US\$/BARRIL)



TAXA DE CÂMBIO NOMINAL
(R\$/US\$)

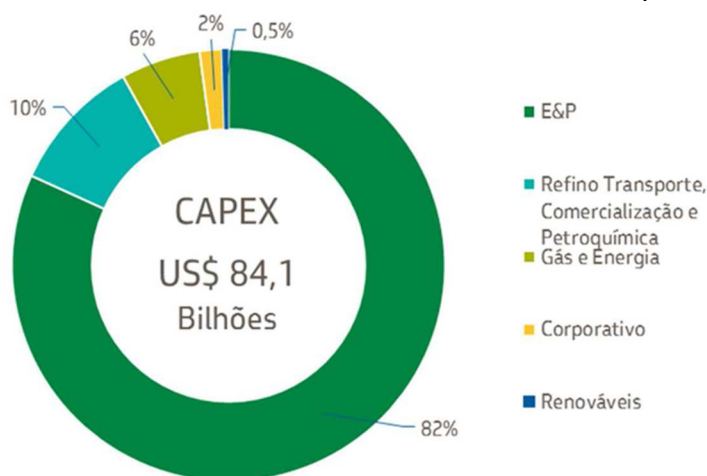


Nosso plano traz também um compromisso com a descarbonização de nossos processos e produtos, com estabelecimento de crescimento zero das emissões absolutas operacionais¹ até 2025 tendo 2015 como referência, mesmo

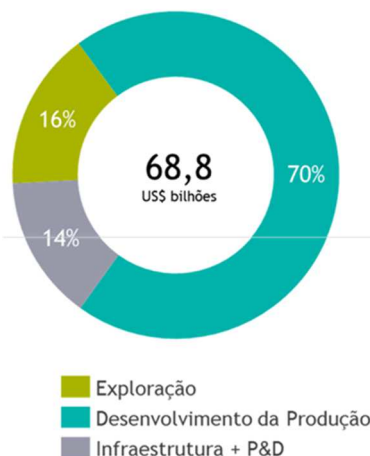
com o aumento da produção. Estão sendo estabelecidas metas de redução de intensidade de emissões em 32% do E&P e 16% no Refino entre 2015 e 2025, quando atingiremos 15 kg CO₂e/boe no E&P e 36 kg CO₂e/t CWT no Refino.

¹ Ressalvadas situações de estresse hídrico nacional

A carteira de investimentos do PNG 2019-2023 soma US\$ 84,1 bilhões, conforme observado no gráfico abaixo:



A exploração e produção continua como o mais importante motor de geração de valor da companhia, permanecendo o foco no desenvolvimento da produção em águas profundas. A seguir é apresentado o detalhamento dos investimentos no segmento de E&P.



Produção de Óleo, LGN e Gás Natural

Em 2019, o crescimento da produção de óleo será de 10% no Brasil e de 7% na produção total, em virtude da entrada em operação de quatro novos sistemas em 2018 e mais quatro em 2019. Para o período entre 2020 e 2023, a produção total de óleo e gás natural terá um crescimento médio de 5% ao ano.

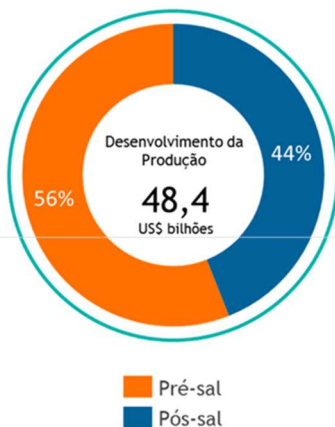
Com relação ao refino, o plano prevê o reposicionamento no segmento, por meio da gestão ativa de portfólio, permitindo o compartilhamento dos riscos do negócio e o estabelecimento de um setor mais dinâmico, competitivo e eficiente, além de geração de liquidez para a companhia.

Custos Operacionais

A Petrobras continua seus esforços para identificar oportunidades de otimização de seus custos operacionais (Opex) e pretende perenizar uma cultura de otimização de custos com o objetivo de obter maior eficiência e

racionalidade no uso dos recursos.

Essa contínua eficiência de custos e o custo de extração no pré-sal inferior a US\$ 7/boe conduzirá o custo de extração médio da companhia para níveis inferiores a US\$ 10/boe a partir de 2020.



Gestão de Riscos

Continuamos mapeando nossos principais riscos e adotando iniciativas específicas para o aprimoramento da gestão de riscos, incluindo a identificação e o planejamento de ações de mitigação, de modo a permitir resposta tempestiva e

adequada, em qualquer cenário.

Dentre os principais riscos identificados no horizonte do PNG 2019-2023, destacam-se:

- Execução de grandes projetos;
- Política Comercial;
- Realização de parcerias e desinvestimentos;
- Processos judiciais e contingências;
- Continuidade Operacional.

Dada a alta volatilidade do preço do Brent, observada entre o final 2018 e início de 2019, bem como a exposição dos resultados financeiros da Petrobras a essa variável, em março de 2019, nossa Diretoria Executiva aprovou Plano de Resiliência (Plano) que contém ações adicionais ao PNG 2019-2023 e foi estruturado em três alavancas de geração de valor, a seguir.

- Ampliação do programa de desinvestimentos, com a inclusão de mais campos maduros de petróleo e gás terrestres e em águas rasas, ativos de *midstream* e *downstream*. Este ajuste não contempla a revisão do pacote de desinvestimento de refinarias, ainda em estudo.
- A segunda alavanca compreende diminuição de gastos operacionais gerenciáveis estimada em US\$ 8,1 bilhões (6,6%) relativamente ao valor total de US\$ 122, 6 bilhões orçado no PNG para o período 2019-2023 tendo como principais fontes de redução de custos os cortes de gastos com pessoal, de despesas discricionárias e economias derivadas da otimização do uso de prédios administrativos.
- Finalmente, estamos trabalhando para a liberação do excesso de capital estacionado nas disponibilidades de caixa, o que permite sua realocação para usos mais produtivos.

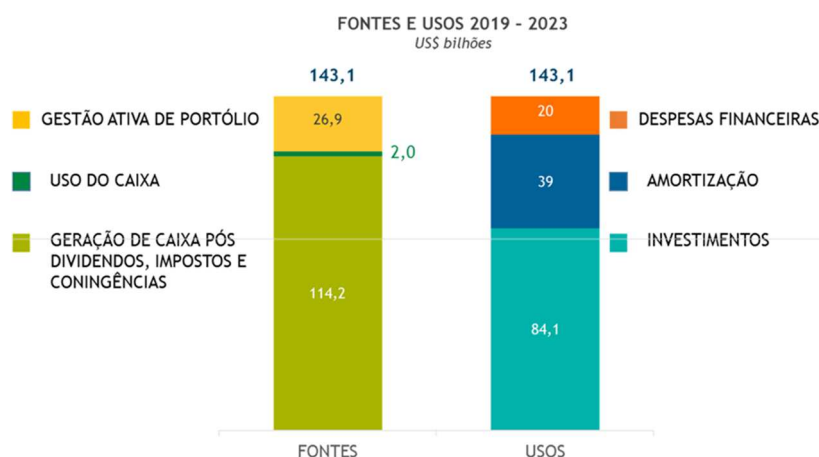
O Plano não altera o programa de investimentos aprovado no PNG 2019-2023. O cronograma referente aos novos sistemas de produção de óleo e gás está mantido, com exceção de Búzios 5, que terá início de operação postergado de 2021 para 2022, tendo em vista atraso no processo de contratação de afretamento de plataforma, com impacto na produção estimado em 60 mil boed no período 2022-2023.

Fontes de financiamento

Através da disciplina de custos, redução da dívida e compromisso com a rentabilidade, a companhia estima uma geração de fluxo de caixa livre no período no PNG.

A Petrobras dará continuidade aos projetos de desinvestimentos já anunciados e continuará com parcerias e desinvestimentos orientados pela gestão ativa de portfólio, com potencial de entrada de caixa no período do Plano de US\$ 26,9 bilhões.

Essas iniciativas, associadas a uma geração operacional de caixa estimada em US\$ 114,2 bilhões, após dividendos, impostos e contingências, permitirão à Petrobras realizar seus investimentos e reduzir seu endividamento.



Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A gestão ativa de nosso portfólio aliada à estratégia de atuar em parceria resulta em importante fonte de recursos para a companhia, por meio do estabelecimento de parcerias e desinvestimentos.

A gestão ativa do portfólio está alinhada ao Plano de Negócios e Gestão 2019-2023 e busca maximizar o valor da Petrobras, através da otimização do portfólio de negócios, saindo integralmente das participações e produção de biodiesel e etanol, distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) e da produção de fertilizantes, preservando competências

tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento. Adicionalmente, a gestão ativa do portfólio contribui para a redução da nossa alavancagem e para disponibilidade de recursos para futuros investimentos.

Alinhada às orientações do TCU e à legislação vigente, a sistemática de desinvestimentos da companhia compreende as seguintes etapas, que são divulgadas ao público:

- Etapa em que é tornada pública a intenção do desinvestimento e os potenciais interessados são convidados a participar do processo competitivo;
- Etapa opcional, realizada para identificar e selecionar os participantes realmente interessados na aquisição e que enxergaram maior valor nos ativos/empresas em desinvestimento;
- Etapa em que ocorre a competição para seleção da melhor oferta por parte dos potenciais interessados, de modo a maximizar o valor da venda;
- Etapa opcional, que ocorre quando é formalmente concedida exclusividade a um potencial comprador, após a fase vinculante;
- Etapa na qual são assinados os acordos de compra e venda (ou de cessão de direitos) contendo as condições em que a transação deve ocorrer, incluindo as condições precedentes para o fechamento;
- Etapa onde a transação é concluída com o cumprimento das condições precedentes previstas contratualmente.

Em 2018 e início de 2019, recebemos um total de US\$ 7,6 bi provenientes de nossas parcerias e desinvestimentos.

Novos produtos e serviços

Ainda em relação ao nosso Plano de Negócios e Gestão (PNG 2019-2023), os diretores da companhia comentam que a Petrobras investe na área de pesquisa e desenvolvimento como uma forma de ampliar a busca por novas fronteiras de

produção e alcançar melhorias contínuas em suas operações. Temos um histórico de sucesso no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras, como por exemplo, nas áreas de perfuração, completação e produção de poços em águas profundas.

Operamos um centro de pesquisas e desenvolvimento, Cenpes, dedicado às nossas atividades, no Rio de Janeiro, desde 1963. Em 2010, inauguramos sua expansão, dobrando a capacidade de seus laboratórios, projetando-o como o maior complexo de pesquisas no hemisfério sul, com alguns laboratórios especialmente dedicados às tecnologias do pré-sal. Em março de 2019, o Cenpes possuía 1.324 empregados, dos quais 1204 dedicados exclusivamente à área de P&D, sendo 23% mestres e 17% doutores.

O Cenpes atua em parceria com mais de 120 universidades e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, fornecedores e outras operadoras e tem como objetivo desenvolver tecnologias para viabilizar o cumprimento do nosso Plano de Negócios e Gestão, além de antecipar tendências e investir em rotas tecnológicas alinhadas ao Planejamento Estratégico.

Para mais informações sobre o PE 2040 e o PNG 2019-2023 e os Cenários Petrobras 2040, bem como os principais resultados em pesquisa e desenvolvimento obtidos pela Petrobras de janeiro de 2018 até março de 2019, ver item 10.8 do Formulário de Referência e apresentações disponíveis em nosso site, nos endereços: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/apresentacoes#plano-de-negocios-e-gestao>; <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/plano-estrategico/cenarios/>.

Políticas Socioambientais

Nossa Política de Responsabilidade Social, aprovada em março de 2017, tem como princípio o respeito aos direitos humanos e o relacionamento, de forma responsável, com comunidades nos locais onde atua. Para consulta e/ou download da nossa Política de Responsabilidade Social, acessar o site: <http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/sociedade/politica-de-responsabilidade-social/>.

Como parte do nosso Relato Integrado, publicamos o Sustentabilidade 2018, documento que traz as realizações e perspectivas sobre os temas ambientais e sociais no ano de 2018. Os capítulos “Meio Ambiente” (páginas 51 a 66) e “Sociedade e Relacionamento” (páginas 67 a 88) trazem as informações detalhadas a respeito da atuação social e ambiental da Petrobras, apresentando como essas dimensões estão integradas à dimensão econômica, visando demonstrar, de forma transparente e com conectividade, como geramos valor ao longo do tempo. Anexo ao Sustentabilidade 2018, no documento GRI 2018, a companhia apresenta a correlação das atividades da empresa com os indicadores da Global Reporting Initiative (GRI), Princípios do Pacto Global e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

O Sustentabilidade 2018 foi objeto de asseguarção limitada pela KPMG, de acordo com o Padrão para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI (GRI-Standards)*, conforme “Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes” publicado nas páginas 89 e 90 do relatório.

Para consulta e/ou download do Relatório, acessar o website: https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/b/83/Sustentabilidade_04_04.pdf.

Investimentos Socioambientais

Aplicamos R\$ 87 milhões em projetos socioambientais em 2018.

Os projetos que são patrocinados pela Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental estão atualmente concentrados em seis linhas de atuação: (i) Educação; (ii) Esporte (educacional), (iii) Direitos da Criança e do Adolescente; (iv) Água; (v) Biodiversidade, e (vi) Florestas e Clima. Em 2018 fortalecemos nosso Programa, cuja carteira é composta por 100 projetos socioambientais, em 20 estados brasileiros, que totalizam R\$ 235 milhões em valor de contratos até 2020.

Em dezembro de 2018, através de seleção pública, foram escolhidos 68 novos projetos a serem contratados a partir de 2019.

Estimamos que mais de 85 mil pessoas sejam beneficiadas, por meio de atividades como educação complementar no contraturno escolar, educação ambiental, esporte educacional e formação de professores em metodologias desenvolvidas, além da atuação de diversos profissionais na gestão e condução dos projetos. Nas suas atividades, os projetos engajam crianças e adolescentes, mulheres, negros, pessoas com deficiência, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, promovendo ações de inclusão para esses públicos.

Investimentos Culturais

O Petrobras Cultural é o nosso programa de patrocínios às artes e à cultura brasileira. Os patrocínios culturais devem ser realizados a projetos brasileiros com valor cultural destacado, inovadores, com alto potencial de retorno e alinhamento à estratégia de marcas, visando o fortalecimento da imagem e reputação da Petrobras.

Para mais informações sobre os projetos patrocinados pela companhia, ver item 10.9 do Formulário de Referência.

Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Em 2018, a Petrobras controladora aplicou R\$ 5,6 bilhões em iniciativas para aperfeiçoar o seu desempenho em segurança, meio ambiente e saúde (SMS), atender à legislação específica e contribuir para que as práticas operacionais de nossas unidades sejam seguras, rentáveis e ambientalmente responsáveis. No primeiro trimestre de 2019 foram aplicados R\$ 1,06 bilhões.

Com o objetivo de aprimorar a segurança das operações da companhia e prevenir lesões e doenças, atuamos por meio da disseminação de fundamentos, conceitos e práticas de Segurança de Processo e Segurança Ocupacional e da implementação de programas e ações nessas disciplinas.

Avaliamos, sistematicamente, nos projetos de investimento, os principais riscos nas dimensões segurança, meio ambiente e saúde. Os resultados dessas avaliações são acompanhados, periodicamente, pelo Comitê de SMS do Conselho de Administração (CA), constituído por três membros.

Utilizamos diversos padrões internacionais como referência para a gestão ambiental e consequentemente proteção ambiental, consoantes com a legislação do Brasil.

Outros fatores com influência relevante

Patrocínios

As propostas de patrocínio são avaliadas tecnicamente e de forma coletiva pela gerência de Patrocínios e Eventos da Petrobras. Após a autorização das instâncias competentes, incluindo validação pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), são iniciados os trâmites de contratação conduzidos por comissões de negociação independentes.

Mensuramos o retorno obtido pelos projetos de patrocínio a partir da

avaliação de exposição de marca, mídia espontânea obtida e por meio de pesquisas de imagem e reputação que geram indicadores específicos para estas atividades.

O valor realizado em 2018 nas contas de patrocínios culturais, esportivos e a eventos de Negócio, Ciência e Tecnologia foi R\$ 133 milhões (Culturais: R\$ 38,3 milhões; Esportivos: R\$ 79,7 milhões; eventos de NCT: R\$ 14,9 milhões).

Na esfera socioambiental, buscamos fortalecer nossa atuação junto a comunidades, instituições do terceiro setor, poder público e universidades, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, conduzido pela Gerência Executiva de Responsabilidade Social.

Essa iniciativa contribui para a preservação do meio ambiente e para a melhoria das condições de vida nos locais onde atuamos e, de forma ampliada, para a sociedade.

O Programa está alinhado à nossa Política de Responsabilidade Social, que preconiza o compromisso de fornecer energia, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente, nos relacionando de forma responsável com as comunidades e superando os desafios de sustentabilidade.

Publicidade

Nossas ações de publicidade institucional e mercadológica são:

- planejadas estratégica e taticamente em ciclos anuais, de forma alinhada com o Plano de Comunicação, Marcas e Relacionamento (PCMR), este que, por sua vez, é desdobrado do Plano Estratégico (PE) e do Plano de Negócios (PNG) da companhia;
- desenvolvidas em total alinhamento com os elementos definidores do posicionamento da marca Petrobras;
- realizadas de acordo com os interesses da Petrobras, em função do dinamismo e das mudanças no cenário em que a empresa está inserida; do mercado como um todo e, em especial, da indústria petrolífera e de energia; do contexto geopolítico nacional e global;

da iminência de oportunidades ou situações emergenciais; da necessidade de tornar público e amplificar o posicionamento da marca; da necessidade de comunicar atitudes e medidas da corporação; dos objetivos e metas do nosso negócio; e

- realizadas sempre respeitando e prezando a diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, que estabelece as normas éticas aplicáveis à publicidade e propaganda.

Conforme rege o Decreto nº 4.799/2003, em seu Art. 9º, e a Lei 12.232, em seu Art. 4º, os serviços de publicidade devem ser contratados pela administração pública por meio de agências de propaganda. Assim sendo, o planejamento e a execução das nossas ações publicitárias são realizados por agências de propaganda contratadas via concorrência pública, que seguem critérios técnicos e níveis de qualidade estabelecidos pela companhia, cobrados por meio de fiscalização periódica e alinhados à Instrução Normativa nº 2 da Secom, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá orientações complementares.

Os dois contratos atuais com agências de publicidade foram resultado de concorrências públicas e seguiram os procedimentos de contratação da Petrobras, segundo rege o Decreto 2.745 de 1988 e o Manual Petrobras para Contratações (MPC); e, de forma complementar, as Leis nos 4.680/1965, 8.666/1993 e 12.232/2010, subsidiariamente. As contratações foram apreciadas pelos Comitês Estatutários e aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Petrobras, com pareceres prévios e posteriores das áreas da Conformidade e do Jurídico, que acompanharam todo o processo. A

concorrência dos serviços de publicidade também foi submetida à apreciação prévia e posterior da Secom, conforme determina a Instrução Normativa nº 4, de 21 de dezembro de 2010. Tais contratos têm por objeto a execução de serviços de publicidade, como criação e produção de conteúdo publicitário e compra de espaços de mídia em veículos de comunicação.

As ações de publicidade são aprovadas e autorizadas pela Gerência de Publicidade e Mídia, pela Gerência Executiva de Comunicação e Marcas, pela Diretoria Executiva da companhia e pelo Conselho de Administração da Petrobras, conforme a Matriz de Limites de Atuação na Petrobras. A autorização dos gastos ocorre de acordo com a Matriz de Limites de Atuação e a Tabela de Limites de Competência vigentes. O conteúdo das peças publicitárias e os espaços de mídia a serem contratados devem obter conformidade prévia da Secom, conforme rege a Instrução Normativa Nº 4, de 21 de dezembro de 2010.

As despesas com contratos da Petrobras estão listadas em nosso Portal da Transparência, bem como os investimentos em publicidade dos últimos anos. Os gastos da Petrobras com publicidade não estão descritos nas demonstrações financeiras. Em 2018, o gasto com publicidade veiculada pela Petrobras foi de cerca de R\$ 124 milhões.

Para mais informações sobre os patrocínios da Petrobras em 2018, vide Sustentabilidade 2018, disponível em: https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/83/Sustentabilidade_04_04.pdf.

Parcerias e Convênios

Com relação a parcerias e convênios, possuímos contratos nas seguintes áreas:

As atividades em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) são coordenadas pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes). Em 2018, atuamos em parceria com mais de 120 universidades e instituições de pesquisa

nacionais e estrangeiras, com investimento aproximado de R\$ 770 milhões.

As atividades de Fomento à Formação de Recursos Humanos para o Setor de Óleo, Gás, Energia e Biocombustíveis se dão por meio do Programa Ciência Sem Fronteiras (PCSF) e do Programa de Formação de Recursos Humanos (PFRH). O PFRH investiu, no exercício de 2018, pouco mais de R\$ 2,7 milhões em convênios de nível superior, firmados entre a empresa e universidades federais. Até 31 de dezembro de 2018, existiam 12 convênios ativos de nível superior, estando presente em 7 instituições de ensino, distribuídas em 5 estados do Brasil.

Em relação ao Protocolo de Cooperação Ciência sem Fronteiras (PCSF), no qual são signatários a Petrobras, a Capes e o CNPq, foi celebrado um segundo aditivo, em 20/12/2017, a fim de conceder até 214 bolsas de Doutorado Sanduíche e Doutorado Pleno, no exterior, a fim de formar a mão de obra especializada, buscando atender a demanda e necessidades do setor de petróleo, gás, energia e biocombustíveis, viabilizando a produção científica nas linhas de interesse da companhia. Para esse Programa, recursos de R\$ 123 milhões foram efetivamente pagos em março de 2018.

As informações das instituições enquadradas no PFRH, bem como o valor das bolsas vigentes no programa e dados gerais sobre o PCSF, podem ser encontrados no Portal da Petrobras, em “Quem somos”, acessar “Carreiras” e “Oportunidades de Qualificação”. Informações específicas a respeito do Programa Ciência Sem Fronteiras encontram-se na página do CNPq na Internet, na sessão de “Bolsas e Auxílios”.

Cabe mencionar que existem 21 convênios vigentes referentes à reivindicação dos sindicatos no ACT 2017, que prevê na sua cláusula 25ª - Parágrafo 1º - A companhia proporcionará aos empregados convênios, celebrados com instituições de ensino superior, que possibilitarão descontos nas mensalidades de cursos de nível superior oferecidos. A forma definida pela

companhia para cumprir a mencionada cláusula é a celebração de convênios com instituições de ensino superior para a obtenção de descontos nas mensalidades. A ação visa fomentar a formação de nível superior para seus empregados e dependentes. Vale ressaltar que essa ação não estabelece relação financeira com as instituições de ensino, assim como não há alocação de recursos para esta modalidade de convênio por parte da Petrobras. O pagamento das mensalidades e de outras despesas decorrentes da participação dos beneficiários e de seus dependentes será realizado única e exclusivamente pelo aluno ou responsável legal, diretamente à conveniada.

Para mais informações sobre publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, ver itens 7.8 e 10.9 do Formulário de Referência, disponível em nosso website: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

3. Nosso compromisso público

A Petrobras é uma sociedade de economia mista, constituída pela Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, posteriormente revogada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cuja maioria do seu capital votante pertence ao Governo Federal brasileiro.

A constituição de sociedade de economia mista é a forma de intervenção direta do estado na atividade econômica, somente admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, na forma do artigo 173 da Constituição da República. Para tanto, conforme previsto no artigo 238 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, poderemos ter nossas atividades orientadas com a finalidade de atender ao interesse público que justificou a nossa criação, ou seja, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 9.478, de garantir o fornecimento

de derivados de petróleo em todo o território nacional.

A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o objeto social da Petrobras e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco nossa rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Assim, na forma do artigo 8º, §2º, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, as obrigações ou responsabilidades assumidas pela companhia deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive, no plano contábil.

Em linha com estes normativos, nosso Estatuto Social indica, de forma clara, o relevante interesse coletivo que justificou a nossa criação, bem como formalizar os requisitos para que seu atendimento se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Neste caso, conforme expresso no documento aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, em 15 de dezembro de 2017, caberá à União compensação, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, a saber:

“Art. 3º- A Companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de

energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

§1º- As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, segundo as condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

§2º- A Petrobras, diretamente ou através de suas subsidiárias integrais e de suas controladas, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

§3º- A Petrobras poderá ter suas atividades, desde que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no art. 1º, inciso V, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

§4º- No exercício da prerrogativa de que trata o §3º acima, a União somente poderá orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, como aqueles relativos à comercialização de combustíveis, bem como outras atividades correlatas, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I - estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II - tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§5º- Na hipótese dos §§3º e 4º acima, o Comitê Financeiro e o Comitê de Minoritários, em suas atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração, avaliarão e mensurarão, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da Companhia, se as obrigações e responsabilidades a serem assumidas são diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

§6º- Quando orientada pela União a contribuir para o interesse público, a Companhia somente assumirá obrigações ou responsabilidades:

I - que respeitem as condições de mercado definidas conforme §5º acima; ou

II - que se adequem ao disposto nos incisos I e II do §4º acima, observados os critérios de que trata o §5º acima, sendo que, nesta hipótese, a União compensará, a cada exercício social, a Companhia pela diferença entre as condições de mercado definidas conforme o §5º acima e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

§7º- O exercício da prerrogativa de que trata o §3º acima será objeto da carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, de que trata o art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016”.

Ao considerar o cenário da indústria mundial de energia, a preocupação com a segurança e o bem-estar da força de trabalho da Petrobras, bem como a preservação de sua sustentabilidade financeira, a atual administração definiu como objetivos fundamentais do Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 a manutenção dos indicadores de segurança da companhia e, simultaneamente, a redução do seu endividamento, de maneira a buscar um índice de alavancagem mais saudável para o desenvolvimento de suas atividades.

Por outro lado, cientes dos requisitos legais e parâmetros objetivos previstos na Lei 13.303/2016 e no Decreto 8.945/2016, que determinam a explicitação dos compromissos realizados para a consecução de objetivos de políticas públicas, bem como dos recursos e dos impactos financeiros advindos, visando à divulgação de informações completas e consistentes, descrevemos a seguir as obrigações ou compromissos assumidos antes de 15 de dezembro de 2017.

A) CONPET - Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural

O programa do Governo Federal, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, instituído por meio do Decreto de 18 de julho de 1991 e executado com o apoio técnico e administrativo da Petrobras, visa promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Desde a sua criação, o Conpet desenvolve parcerias para a realização de avaliações das emissões de materiais particulados em ônibus e caminhões, bem como para a orientação da sociedade quanto ao uso eficiente dos veículos. Em 2018, foram realizadas as seguintes atividades pertinentes ao Conpet:

- Participação no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) que visa estimular a produção e a utilização de aparelhos a gás e veículos mais eficientes. Este Programa busca incentivar o consumo consciente informando ao consumidor, por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, sobre o consumo de combustíveis dos diversos modelos de automóveis e de aparelhos que utilizam gás. O Selo Conpet de Eficiência Energética destaca os veículos e aparelhos que apresentam melhor rendimento e, consequentemente, menor emissão de CO₂. Participamos do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular

(PBE Veicular) e do Programa Brasileiro de Etiquetagem de Fogões e Fornos (PBE Fogões e Fornos).

- Consolidação dos convênios com entidades para fins de monitoramento e orientação quanto às emissões de exaustos poluentes das frotas de ônibus públicos. Dentro do Projeto Transportar, as refinarias Duque de Caxias (Reduc) e Gabriel Passos (Regap), em parceria com o Conpet, também verificam o estado de manutenção e a opacidade da fumaça emitida pelo escapamento dos caminhões. Esta ação contribui para a preservação do meio ambiente e para a educação ambiental dos condutores.

Para 2019, estão previstas a continuidade da participação nos Programas de etiquetagem PBE Veicular e PBE Fogões e Fornos e as ações para monitoramento de emissões.

O valor aplicado no Conpet no ano de 2018 foi de R\$ 493 mil. O orçamento previsto para 2019 é de R\$ 238 mil. A origem dos recursos é a geração própria de caixa da companhia.

A Petrobras possui um representante no grupo que coordena o Conpet, bem como provê apoio técnico e administrativo ao Programa, por meio do seu Centro de Pesquisas (Cenpes). Os profissionais envolvidos nestas atividades não possuem dedicação exclusiva ao referido Programa.

B) PPT - Programa Prioritário de Termelétricidade

O programa do Governo Federal, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, instituído pelo Decreto nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000, visou à implantação de usinas termelétricas. Estas usinas, integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade, fazem jus a suprimento de gás natural por um prazo de até 20 anos, com preço pré-estabelecido e reajustado pela inflação americana.

O suprimento de gás para as usinas no âmbito do PPT, em 2018, gerou receitas de aproximadamente R\$ 889 milhões e custos de R\$ 2.276 milhões, resultado este custeado pelo orçamento da companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, possuíamos contratos nesta modalidade vigentes com duas usinas e com uma terceira usina o fornecimento de gás natural ocorre por força de mandado judicial.

As informações sobre interesse público estão também descritas no item 7.1a do nosso Formulário de Referência 2018 e nas informações complementares das notas explicativas das Demonstrações Financeiras 2018, constantes de nosso Relato Integrado 2018, disponíveis para consulta no site de Relacionamento com Investidores da Petrobras, no endereço: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt>.

4. Nossa política de preços

Diesel e gasolina

A política de preços da Petrobras para diesel e gasolina considera o preço de paridade internacional (PPI), margens para remuneração dos riscos inerentes à operação e o nível de participação no mercado condizente com um patamar de produção eficiente do seu parque de refino. O objetivo da política é, justamente, trabalhar em um nível de preço de venda dos derivados e participação de mercado que, combinados, gerem o máximo valor econômico para a Petrobras.

Em 2018, mantivemos o alinhamento dos preços do diesel e gasolina comercializados em nossas refinarias ao mercado internacional, conforme procedimento anunciado em outubro de 2016 e revisado em junho de 2017. Em março de 2019, alteramos a periodicidade de reajustes dos preços de diesel, que passaram a ser realizados em períodos

não inferiores a 15 dias. Adicionalmente, continuamos com a opção de utilizarmos mecanismos de proteção com o emprego de derivativos, visando dar flexibilidade adicional à gestão dos preços.

A companhia pode realizar ajustes nos preços a qualquer momento, inclusive diariamente para a gasolina e em períodos não inferiores a 15 dias para o diesel.

Especificamente para o diesel, em junho de 2018 aderimos ao programa de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel, instituído pelo Governo Federal através da Medida Provisória nº 838, convertida na Lei nº 13.723/2018, e Medida Provisória nº 847. De forma a atender aos requisitos do programa, vigente de 01/06/2018 a 31/12/2018, nossos preços de venda nas refinarias e terminais ficaram limitados aos Preços de Comercialização definidos pela legislação para cada período. As diferenças entre os Preços de Comercialização e os preços internacionais foram ressarcidas pelo Governo Federal, por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no âmbito do programa e nos termos da regulamentação em vigor.

Durante o período de vigência do programa de subvenção do óleo diesel, continuamos acompanhando os preços dos derivados. A metodologia para cálculo da subvenção foi baseada na paridade internacional (PPI) e sua adoção foi monitorada regularmente. Todos os valores de subvenção devidos pelo Governo Federal foram pagos (exceto por uma quantia que representa 1% do total e está relacionada, principalmente, aos primeiros sete dias do programa. Neste caso, a ANP reprovou o pagamento alegando que a companhia não havia cumprido os requisitos necessários. Estamos avaliando as medidas possíveis com o objetivo de reverter a decisão).

Em 2018, anunciamos ajustes de preços de venda na refinaria, totalizando reduções de 10,9% para a gasolina e de 4,5% para o diesel em comparação aos preços de 31 de dezembro de 2017.

Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

Em junho de 2017, aprovamos uma nova prática de preços para o Gás Liquefeito de Petróleo comercializado nas refinarias e destinado ao uso residencial em botijões de até 13 kg (GLP P13). Esta prática previa reajustes mensais calculados pela média das cotações do butano e do propano no mercado europeu no mês anterior, acrescido de margem de 5%.

Em janeiro de 2018, nossa Diretoria Executiva aprovou uma revisão da prática de preços de GLP P13 com o objetivo de suavizar os repasses da volatilidade dos preços ocorridos no mercado internacional para o preço doméstico. Desta forma, os reajustes passaram a ser praticados trimestralmente com base na média das cotações do butano e do propano no mercado europeu apuradas em períodos crescentes que chegaram a 12 meses a partir do 4º trimestre de 2018. Permaneceu vigente o acréscimo da margem de 5%. Adicionalmente foi instituído um mecanismo de compensação que permitirá comparar os preços praticados segundo esta nova política e os preços que seriam praticados de acordo com a política anterior. As diferenças acumuladas em um ano, ajustadas pela taxa Selic, serão compensadas por meio de uma parcela fixa acrescida ou deduzida aos preços praticados no ano seguinte.

5. Nossa estrutura de controles internos

A administração da companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do

processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A administração, baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework* (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), realiza revisão de sua materialidade e riscos específicos, bem como do mapeamento de processos, principais sistemas de informação e controles. Os controles internos são autoavaliados anualmente por nossos gestores (*control self-assessment*), revisados quanto à adequação do desenho, pela área de Controles Internos, e testados por nossos auditores internos quanto à sua eficácia.

Ao longo do exercício de 2018, a administração deu prosseguimento às ações para manter um ambiente de controle efetivo e implementou melhorias nos controles relacionados à gestão de projetos de investimento, ao acompanhamento do Programa de Subvenção ao Preço do Diesel e à mensuração de perdas do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros.

A administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre os relatórios financeiros da companhia em 31 de dezembro de 2018. Com base nessa avaliação, usando a classificação de deficiências de controle interno da norma brasileira NBC TA 265 (Norma Brasileira de Contabilidade 265), a administração concluiu que os controles internos sobre relatórios financeiros da companhia foram efetivos em 31 de dezembro de 2018.

Possuímos em nossa estrutura uma Diretoria Executiva de Governança e

Conformidade (DGC), que é responsável pelos processos de *compliance* e controles internos, reportando periodicamente tais atividades ao Comitê de Auditoria Estatutário, colegiado vinculado ao Conselho de Administração.

A destituição do diretor executivo somente poderá ocorrer por deliberação do Conselho de Administração, com quórum que conte com o voto de pelo menos um dos Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários ou preferencialistas.

A Gerência Executiva de Conformidade é responsável por conduzir, anualmente, o processo de certificação de controles internos na Petrobras, atendendo inclusive à Lei Sarbanes Oxley (SOx) dos Estados Unidos da América, utilizando metodologia de avaliação de riscos baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework* (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), que contempla a revisão de materialidade e riscos específicos, de fluxos de processos, controles e principais sistemas de informação, bem como a revisão da autoavaliação de controles (*control self-assessment*) realizada por nossos gestores.

A Auditoria Interna, órgão vinculado ao Conselho de Administração, é responsável pela avaliação da efetividade dos controles internos, reportando os resultados ao Comitê de Auditoria Estatutário.

O estabelecimento e a manutenção dos nossos controles internos referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, sob responsabilidade do presidente e do diretor executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores, supervisionado pelo diretor executivo de Governança e Conformidade e pelo Comitê de Auditoria Estatutário,

vinculado ao nosso Conselho de Administração.

Os auditores independentes, no cumprimento de suas atribuições, avaliaram a adequação e a efetividade do nosso sistema de controle interno sobre o processo de preparação e divulgação de nossos relatórios financeiros. No relatório dos auditores independentes não foram apontadas deficiências significativas em nossos controles internos.

Os diretores executivos da companhia comentaram que, conforme citado, as deficiências reportadas pelos auditores independentes não são significativas. Ainda assim, as recomendações apontadas no relatório têm seus planos de ação acompanhados por nossa administração.

Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção

O nosso programa de *compliance*, denominado Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) e aprovado pela Diretoria Executiva, representa o conjunto de medidas desenvolvidas e implementadas de forma integrada, com o objetivo de prevenir, detectar e corrigir a ocorrência de desvios éticos, incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

O programa destina-se aos nossos diversos públicos de interesse, incluindo: alta administração, força de trabalho, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público e todos aqueles que se relacionam e/ou representam os interesses da Petrobras em suas relações de negócios.

O programa é composto por três pilares, que visam reforçar continuamente a ética, a integridade e a transparência em todos os nossos negócios:

- **Prevenção:** visa identificar, avaliar e mitigar o risco de ocorrência de desvios éticos.

- **Deteção:** contempla mecanismos capazes de, tempestivamente, identificar e interromper eventual desvio ético que porventura não tenha sido evitado pelas ações de prevenção, possibilitando a responsabilização dos envolvidos.
- **Correção:** estabelece a responsabilização e a penalidade aplicável a cada caso de desvio ético comprovado, bem como possibilita o aperfeiçoamento das fragilidades que originaram o respectivo desvio e a recuperação de eventuais prejuízos.

Dentre os principais mecanismos e procedimentos de *compliance* existentes na companhia podemos destacar: Treinamentos sobre temas de ética e integridade; *Due Diligence* de Integridade (DDI); *Background Check* de Integridade; Canal de Denúncia; Regime Disciplinar; Apurações Internas; Gerenciamento de Riscos relacionados a Fraude, Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo; Guia de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Brindes e Hospitalidade; Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo; e Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

Nossa Política de *Compliance*, aprovada pelo Conselho de Administração, possui princípios e diretrizes que objetivam descrever e divulgar os compromissos que assumimos em relação à promoção dos valores éticos e de transparência na condução dos nossos negócios, com tolerância zero à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro. A política contribui para a integração e o fortalecimento das iniciativas de *compliance* no Sistema Petrobras, em especial do PPPC, em consonância com as melhores práticas demandadas atualmente pelo mercado, além de caracterizar a adesão às legislações anticorrupção em vigor, sobretudo à Lei 12.846/2013, ao *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA - Ato norte-americano contra Práticas de Corrupção no Exterior), de 1977, e ao *UK Bribery Act* (UKBA - Ato do Reino Unido contra o Suborno), de 2010.

Em 2018, a disciplina "*compliance*" foi ministrada para aproximadamente 450 novos empregados em curso de formação básica, realizado na Universidade Petrobras, com uma carga horária de 4 horas. Para o ano de 2019, em caso de contratação de novos empregados, deverão ocorrer novos cursos de formação que deverão contemplar a referida disciplina, com a participação da Gerência Executiva de Conformidade.

Além de treinamentos à distância para todos os empregados abordando temas do Código de Ética e do Guia de Conduta da companhia (mais de 59.000 participações em 2017 e 2.940 participações em 2018), cursos presenciais sobre o PPPC são oferecidos para empregados que exercem atividades com maior exposição a riscos de *compliance*, tais como empregados envolvidos em processos de contratação de bens e serviços e gestores da companhia, totalizando mais de 550 empregados em 2017 e mais de 370 em 2018. Para o ano de 2019, é esperada a continuidade desta iniciativa, além de um aumento na carga horária do curso voltado para gestores, de 4 para 8 horas. Em relação à alta administração, também são realizados treinamentos presenciais que contemplam temas como: deveres e responsabilidades dos administradores; gestão de riscos; compromisso da alta administração com as ações de *compliance*; modelo de governança e processo decisório; controles internos, transações com partes relacionadas.

Em agosto de 2018, foi lançado um novo ciclo de treinamento, de caráter corporativo e obrigatório, denominado Trilha Compromisso com a Conformidade, que contempla módulos de ensino a distância (EAD) sobre temas relacionados ao ambiente de *compliance* da Petrobras, permitindo a disseminação do conhecimento e também o fortalecimento da cultura de *compliance* dentre vários públicos-alvo como, por exemplo, empregados de todas as carreiras e a alta administração.

O primeiro módulo abordou o tema "Legislações Anticorrupção e Ética nos Negócios", tendo capacitado mais de 40 mil profissionais até dezembro de 2018 (em 2019, adicionalmente, treinamos cerca de 7 mil empregados). Ademais, com o estabelecimento das regras para o novo Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), foi definido que a conclusão, com êxito, nos prazos acordados, dos treinamentos disponibilizados pela companhia sobre temas relacionados ao *compliance* e à ética é requisito obrigatório para concorrer no processo de Avanço de Nível e Promoção.

Para 2019, está previsto ainda o treinamento de todos os empregados, por meio de EAD, sobre os temas Assédio Moral e Assédio Sexual. Esse treinamento é uma ação conjunta entre a Comissão de Ética e a Ouvidora-Geral.

Código de Ética e Guia de Conduta

Possuímos políticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, a exemplo do Código de Ética e Guia de Conduta do Sistema Petrobras. Esses documentos se aplicam aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, das Diretorias Executivas, ocupantes de funções gerenciais, empregados, estagiários, jovens aprendizes e prestadores de serviços do Sistema Petrobras, constituindo compromisso individual e coletivo de todos e de cada um deles cumpri-lo e promover seu cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva do Sistema Petrobras e nas suas relações com todas as partes interessadas. A Comissão de Ética da Petrobras conduziu, em 2018, os trabalhos de revisão do Guia de Conduta e do Código de Ética do Sistema Petrobras - atualizando os documentos frente à legislação pertinente, recomendações de órgãos de controle; reflexões acumuladas pela Comissão e consultas à força de trabalho, gerências e subsidiárias da Petrobras.

No Código de Ética são apresentados os princípios éticos (o respeito à vida e a todos os seres vivos, a integridade, a verdade, a honestidade, a justiça, a equidade, a lealdade institucional, a responsabilidade, o zelo, o mérito, a transparência, a legalidade, a impessoalidade e a coerência entre o discurso e a prática), e os compromissos de conduta que devem ser seguidos.

O Guia de Conduta traz desdobramentos dos princípios do Código de Ética, com orientações de comportamento em situações da vida profissional ou em decorrência dela.

O Sistema Petrobras faz expressa referência aos documentos de ética nas contratações das empresas prestadoras de serviços, requerendo dessas o cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta pelos seus empregados.



Tanto a força de trabalho quanto a Alta Administração são treinados anualmente nos temas de ética e integridade constantes do Código e do Guia. Essa iniciativa é mais uma medida para reforçar, cada vez mais, o conhecimento

sobre ética e, ao mesmo tempo, atender aos requisitos legais, como a Lei 13.303/2016 (art. 9, 1º §), e de certificação do Programa Destaque em Governança de Estatais. Está prevista a aplicação de sanções disciplinares (advertência, suspensão e rescisão do contrato de trabalho) àqueles que descumprem os documentos citados, de acordo com a norma Regime Disciplinar de Empregados e Sistema de Consequências da Alta Administração e Conselho Fiscal.

Em 2018 (até dezembro), foram aplicadas 282 medidas disciplinares a empregados de diferentes níveis hierárquicos, sendo 15 rescisões de contrato, 83 suspensões e 184 advertências por escrito. Em 2019 (até março) foram aplicadas 74 medidas disciplinares a empregados de diferentes níveis hierárquicos, sendo 5 (cinco) rescisões de contrato de trabalho por justa causa, 19 suspensões e 50 advertências por escrito.

Os casos referem-se a desvios de conduta como descumprimento de nossas normas, desídia no desempenho das funções, insubordinação, entre outros.

O Guia de Conduta e o Código de Ética foram apreciados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho de Administração da Petrobras nas seguintes datas:

- Código de Ética - Versão aprovada pela Diretoria Executiva da Petrobras em 13/12/2018 e pelo Conselho de Administração da Petrobras em 18/12/2018.
- Guia de Conduta - Versão aprovada pela Diretoria Executiva em 13/12/2018 e pelo Conselho de Administração em 18/12/2018.

Ambos os documentos estão acessíveis em vários locais nos sites interno e externo da Petrobras. O link para os documentos é: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca-corporativa/codigos-politicas-e-outros/2018>.

Canal de Denúncia Petrobras

Oferecemos aos nossos públicos interno e externo um canal exclusivo para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas, nos 365 dias do ano. O serviço é operado por empresa independente e especializada, assegurando o encaminhamento de todas as denúncias recebidas, e pode ser acessado pela internet ou pelo telefone, garantindo o anonimato dos denunciantes que optem por não se identificar.

No período de janeiro a dezembro de 2018, a Petrobras recebeu 2.396 denúncias, das quais 496 eram identificadas (21%) e 1.900 anônimas (79%). Entre as identificadas, 312 vieram do público interno (63%) e 139 do público externo (28%). Nas outras 45 denúncias (9%), não foi possível determinar o público, ainda que houvesse identificação do denunciante.

O teor de cada denúncia determina a área da companhia responsável pela sua apuração. As relacionadas a danos patrimoniais e extrapatrimoniais são enviadas para a área de Inteligência e Segurança Corporativa; as que descrevem riscos ou danos às atividades de segurança, meio ambiente, eficiência energética e saúde da companhia, são apuradas pela Gerência Executiva de SMS. Já as que se inserem nas categorias de fraude e corrupção (irregularidades em contratos, licitações, recebimento de propina, enriquecimento ilícito, dentre outras) são classificadas, imediatamente após seu recebimento, segundo critérios qualitativos e quantitativos de uma matriz de risco.

Isso possibilita ter rapidamente noção das denúncias mais importantes e que podem causar maior impacto nos negócios da empresa, caso o relato seja procedente. Só então elas são encaminhadas para uma área criada especialmente para essa finalidade, a então APD - Apuração de Denúncias, atualmente denominada Integridade Corporativa. As denúncias classificadas no maior nível de risco

recebem um monitoramento específico e recebem destaque nos reportes à Alta Administração.

Com relação às denúncias relativas a violência psicológica no trabalho, que incluem assédio moral, assédio sexual e discriminação, a Ouvidoria-Geral realiza, conforme a gravidade da denúncia, levantamentos de informações preliminares, entrevistando denunciante, testemunhas e o próprio denunciado, visando novamente subsidiar a tomada de decisão gerencial.

Já na frente de conscientização da força de trabalho sobre o tema, foram realizadas 45 palestras em diversas unidades da companhia, sendo capacitados 2.151 empregados nos temas relacionados à violência psicológica no trabalho, quando se pode constatar um grande interesse das audiências pela matéria no período de janeiro a dezembro de 2018.

Finalmente, no plano de reporte, a Ouvidoria-Geral apresenta o seu relatório, trimestralmente, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e aos Conselhos Fiscal e de Administração, contemplando questões quantitativas (estatísticas e números comparativos) e qualitativas (destaques e pontos de atenção), buscando, sobretudo fornecer subsídios para o aprimoramento da gestão.

Para mais informações sobre nossos controles internos, treinamentos e denúncias internas e externas relativas ao Código de Conduta, ver itens 5.1, 5.3, 5.4 e 12.12 do Formulário de Referência, em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais>.

6. Nossa gestão de riscos

Em junho de 2015, o Conselho de Administração aprovou nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais, que teve como objetivo incorporar melhorias em nossa governança corporativa. Em 2016

foi criado o Comitê Executivo de Riscos, com o objetivo de explicitar de forma clara os papéis e responsabilidades dos gestores, bem como facilitar a sua adoção nas empresas subsidiárias do Sistema Petrobras.

Em novembro de 2017, o Conselho de Administração revisou a Política de Gestão de Riscos Empresariais, com a finalidade de estabelecer os princípios e as diretrizes que nortearão a Petrobras na gestão dos riscos empresariais, a política apresenta uma abordagem abrangente da gestão dos riscos empresariais, uma vez que associa a tradicional visão econômico-financeira a elementos de gestão contra ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente (SMS), de proteção do patrimônio e das informações empresariais (inteligência e segurança corporativa) e de combate à fraude e corrupção (conformidade legal), dentre outros riscos.

Entendemos que os riscos devem ser considerados em todas as decisões, sua gestão deve ser realizada de maneira integrada e as respostas a eles devem atender para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance.

Os riscos aos quais estamos expostos (riscos empresariais) são classificados nos agrupamentos: Negócios, Financeiro, Conformidade e Operacional. Dentre esses riscos, os mais relevantes são classificados como Riscos Estratégicos e monitorados no âmbito do Plano de Negócios e Gestão e do Plano Estratégico.

Negócios

Riscos relativos aos negócios da companhia, de acordo com sua cadeia de valor, específicos de uma empresa integrada de petróleo (exploração e produção, refino, distribuição, gás natural, transporte, etc.)

Financeiro

Reúne os riscos oriundos de flutuações de mercado, inadimplemento de

contrapartes e de descasamento entre ativos e passivos.

Conformidade

Riscos decorrentes do descumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis aos negócios da Petrobras, assim como das normas e procedimentos internos, principalmente, os relativos à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e à confiabilidade dos relatórios financeiros.

Operacional

Reúne riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços, sistemas, assim como de catástrofes naturais e/ou ações de terceiros.

Anualmente, a partir da lista de riscos empresariais, da análise do desempenho do negócio e da conjuntura externa e interna da companhia, o Conselho Administração define aqueles riscos que, individualmente ou de forma consolidada, devem ser acompanhados mais de perto.

Estes riscos, denominados “Riscos Estratégicos”, são selecionados devido à sua importância para a implementação do Plano de Negócios e Gestão e do Plano Estratégico à sua abrangência, ao seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

Instrumentos para proteção

Riscos Estratégicos e Riscos de Negócios: nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com o nosso Plano Estratégico, os riscos são considerados em todas as decisões estratégicas da companhia e a gestão é sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas frente às possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos,

e priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos acionistas.

A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um robusto processo de planejamento e de gestão de carteira que preza pela economicidade na seleção dos projetos, pela diversificação das linhas de negócios e pelo estrito cumprimento de metas, as quais são periodicamente acompanhadas nos mais diversos níveis hierárquicos. Além disto, continuamente monitoramos a evolução do cenário externo e a atuação junto aos nossos diversos públicos de interesse.

Riscos Financeiros: A gestão dos riscos financeiros é sempre realizada de maneira integrada, privilegiando os benefícios inerentes à diversificação. Gerenciamos ativamente nossos riscos financeiros considerando nossos diversos fluxos operacionais, as aplicações das disponibilidades financeiras, condições de endividamento e demais posições em ativos, passivos, desembolsos e recebimentos para mitigar a exposição aos riscos de preços de commodities, moedas e juros. A contratação de derivativos também pode ser aplicada no tratamento destes riscos. Informações mais detalhadas a respeito do gerenciamento de riscos financeiros são apresentadas no item 5.2. Riscos de Mercado, do Formulário de Referência. As variações cambiais podem ter um impacto imediato sobre os resultados da companhia e no aumento no valor da dívida em função da desvalorização do real em relação ao Dólar e do aumento da taxa de juros, exceto para uma parte de suas obrigações denominadas em dólares que estão sujeitas à política de contabilidade de hedge da Petrobras. De acordo com a nossa prática de contabilidade de hedge, as designações de hedge são feitas na medida em que as futuras exportações são consideradas altamente prováveis. Ver Item 10.5.

Políticas Contábeis Críticas do Formulário de Referência para mais informações.

Riscos de Conformidade: a gestão de riscos insere-se no compromisso da Petrobras de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde exerce a sua atividade. Os riscos de conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são mitigados por meio de controles internos, da constante divulgação do nosso Código de Ética, do nosso Guia de Conduta e Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) e outros instrumentos de prevenção.

Nosso negócio, incluindo as relações com terceiros, é guiado por princípios éticos. Adotamos um Código de Ética, um Guia de Conduta e uma série de políticas internas destinadas a orientar nossos administradores, empregados e prestadores de serviços e reforçar nossos princípios e regras de comportamento ético e conduta profissional. Oferecemos um canal de comunicação externo, operado por empresa independente, aos funcionários, contratados e terceiros.

Para mais informações sobre as principais ações preventivas e mitigatórias dos riscos de conformidade, consultar o item 5.4. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos - Programa de Integridade.

Riscos Operacionais: entendemos que é possível trabalhar sem acidentes e é dever de todos cuidar da segurança, razão pela qual inserimos a meta compartilhada de segurança no sistema de avaliação de desempenho de todos os gestores da empresa, incluindo o presidente e os diretores executivos.

Acreditamos também que a vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e resguardada contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. Isto naturalmente nos leva a priorizar a segurança e a confiabilidade de nossos processos e das nossas instalações como forma de proteger as pessoas e o meio ambiente. A gestão deste risco dá-se a partir de rígidos programas de inspeções e de manutenções nas nossas instalações, além de um contínuo esforço de treinamento da nossa força de trabalho para o correto cumprimento de requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Estrutura de Riscos

Adotamos em nossa estrutura organizacional o modelo de "três linhas de defesa" para o fortalecimento do sistema de controle dos riscos, permitindo a padronização do nosso gerenciamento de riscos. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto na estrutura de governança, que pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que compreende, na prática, o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, titulares da estrutura geral e todos empregados, prestadores de serviço e demais partes relacionadas.

Assim, nossa estrutura organizacional apresenta os seguintes órgãos colegiados e suas respectivas atribuições:

Conselho de Administração (7 a 11 membros titulares, reuniões mensais, pautas com temáticas diversas): aprovar o apetite a risco da Petrobras (definido como a quantidade total de riscos que a empresa está disposta a assumir na busca de sua missão ou visão) e acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos.

Comitê de Auditoria Estatutário (3 membros titulares, mínimo 4 reuniões mensais, pautas com temáticas diversas):

assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos.

Diretoria Executiva (8 membros titulares, reuniões semanais, pautas com temáticas diversas): propor ao Conselho de Administração a aprovação do apetite a risco da Petrobras, aprovar diretamente a tolerância aos riscos empresariais e deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a execução das nossas estratégias.

Comitê Executivo de Riscos (9 membros titulares, reuniões trimestrais, apenas pautas relacionadas ao gerenciamento de riscos): monitorar as ações de tratamento e contingência dos riscos empresariais, analisar e emitir recomendações sobre as políticas e processos de gestão de riscos, as métricas de acompanhamento e limites de exposição a riscos, bem como encaminhar à Diretoria Executiva tema de gerenciamento de riscos que julgar relevante dar conhecimento.

Dentre as diversas iniciativas de aprimoramento de nossa governança, privilegiamos a discussão e a deliberação colegiada, logo, não há nessas estruturas acima membros com atribuições específicas perante cada órgão, com exceção dos respectivos presidentes ou coordenadores, que devem observar questões administrativas, tais como o diligenciamento para o andamento regular das reuniões, convocação dos demais membros para manifestarem-se sobre os temas tratados, organização das votações e declaração dos resultados.

As atividades dos órgãos acima são regidas pelos seus regimentos internos, que definem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidade e avaliação de desempenho de cada colegiado.

Adicionalmente, a gestão de riscos contempla as seguintes estruturas organizacionais e atribuições:

Auditoria Interna (vinculada diretamente ao Conselho de Administração): avaliar,

de forma sistemática, o processo de gerenciamento de riscos e recomendar melhorias, conforme Regulamento da Auditoria Interna da Petrobras.

Diretoria Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores (DFINRI): a DFINRI é composta de cinco gerências executivas - Finanças; Contabilidade e Tributário; Controladoria; Relacionamento com Investidores e Riscos Empresariais - além de uma gerência geral temporária diretamente vinculada ao DFINRI chamada Desenvolvimento de Negócios na Ásia.

Gerência Executiva de Riscos Empresariais: fortalecer a visão integrada dos riscos empresariais do Sistema Petrobras, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos relevantes, em articulação com as diversas áreas e empresas do Sistema Petrobras.

Gestores da Petrobras: coordenar, promover e acompanhar as ações de gestão de riscos na sua área de atuação, desenvolver e aprimorar metodologias de seu processo de forma a potencializar a identificação, tratamento e monitoramento dos riscos específicos bem como fornecer à Gerência Executiva de Riscos Empresariais todas as informações necessárias para a avaliação integrada dos riscos, o monitoramento e o reporte para a alta administração.

Para mais informações sobre a estrutura organizacional da Petrobras, incluindo a identificação dos membros de órgãos e comitês, consultar o item 12 do Formulário de Referência.

Em 2018, o Comitê de Auditoria Estatutário monitorou os resultados das atividades de gestão de riscos empresariais da Petrobras, solicitando ações específicas de aprimoramento da gestão de riscos, dentre os quais destacam-se os riscos estratégicos e de fraude e corrupção.

Em outubro de 2018 foi apresentado um plano de trabalho, em linha com a Lei 13.303/2016 e o Decreto 8.945/2016, para o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO), que centralizará a governança de gestão de riscos de 12 empresas subsidiárias do Sistema Petrobras.

Atualmente, a estrutura de riscos está vinculada ao Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores (DFINRI). O Comitê Executivo de Riscos possui a finalidade de assessorar a Diretoria Executiva na análise das matérias específicas de gestão de riscos ou, eventualmente, de deliberar sobre assuntos específicos com delegação prévia da Diretoria Executiva.

Na revisão de nossa Política de Gestão de Riscos, em 2017, foram inseridas as atribuições do Comitê Executivo de Riscos, assim como foram alteradas algumas das atribuições dos gestores, de forma a deixar mais evidentes os seus papéis perante a gestão dos riscos.

Adicionalmente, foi implantada uma sistemática de acompanhamento de entrega das metas e do andamento das principais iniciativas estratégicas, que incluíam ações para gerenciamento dos riscos, através de um programa denominado de Comitê de Liderança do Sistema de Gestão Evolução (CLE).

Outras informações sobre nossa estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos podem ser consultadas nos itens 5.1, 5.2 e 5.3 do Formulário de Referência, disponível em nosso website, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

7. Nossos Fatores de Riscos

A Política de Gestão de Riscos Empresariais classifica os riscos aos quais estamos expostos em quatro agrupamentos: Negócios, Financeiro, Conformidade e Operacional. Dentre

esses riscos, os mais relevantes são classificados como Riscos Estratégicos e monitorados no âmbito do Plano de Negócios e Gestão e do Plano Estratégico. A seguir, listamos nossos fatores de risco:

a) Fatores de Risco associados a Estratégia:

a.1) Estamos expostos a riscos de saúde, meio ambiente e segurança em nossas operações que podem levar a acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais.

a.2) O fluxo de caixa e rentabilidade da Petrobras estão expostos à volatilidade dos preços do petróleo, gás natural e derivados.

a.3) As derivações clandestinas (furto) de petróleo e derivados poderão gerar acidentes, vazamentos ou danificar temporariamente ou permanentemente nossas instalações, impactando a continuidade operacional da companhia.

a.4) A companhia pode sofrer perdas e dedicar tempo e recursos financeiros na defesa de litígios e arbitragens pendentes.

a.5) A companhia está sujeita à concessão de novas licenças e permissões ambientais ou sanções, que podem resultar em atrasos na entrega de alguns de seus projetos e dificuldades para alcançar seus objetivos de produção de petróleo e gás natural.

a.6) A Petrobras conta com fornecedores de bens e serviços na operação e realização de seus projetos, os quais podem ser afetados adversamente por falha ou atraso de tal cadeia de fornecedores no cumprimento de suas obrigações contratuais.

a.7) A escolha e o desenvolvimento dos projetos de investimento da Petrobras possuem riscos que podem afetar o retorno econômico originalmente previsto.

a.8) Os desinvestimentos e parcerias planejados estão sujeitos a riscos que

podem inviabilizar sua execução conforme planejado.

a.9) Mudanças climáticas podem impactar o resultado operacional e a estratégia da companhia.

a.10) Eventos de escassez hídrica em algumas regiões onde atuamos podem gerar indisponibilidade (temporária ou permanente) de água em quantidade ou qualidade necessárias às operações, bem como dificuldades na obtenção de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, impactando a continuidade de negócios de nossas unidades industriais.

a.11) A União Federal, como acionista controlador da companhia, pode buscar objetivos distintos dos acionistas minoritários da Petrobras, o que pode impactar os objetivos econômicos e empresariais da companhia.

a.12) Fragilidade no desempenho da economia brasileira, instabilidade no ambiente político e mudanças regulatórias podem afetar negativamente o resultado das operações e o desempenho financeiro da companhia.

b) Fatores de Riscos associados às Operações:

b.1) A Petrobras não possui seguro contra interrupção de negócios nas operações no Brasil e a maioria dos ativos não está segurada contra guerra ou sabotagem.

b.2) Greves e paralisações dos empregados da companhia ou de empregados de seus fornecedores, empresas contratadas e demais setores, bem como falta de pessoal especializado, podem afetar adversamente os resultados operacionais e o negócio da companhia.

b.3) A mobilização e a desmobilização dos empreendimentos da Petrobras podem afetar as expectativas e a dinâmica das comunidades onde ela atua, impactando os negócios e a reputação da companhia.

b.4) Falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação, segurança da informação (*cybersecurity*) e sistemas e serviços de telecomunicações podem

impactar adversamente as operações e reputação da companhia.

c) Fatores de Riscos Financeiros

c.1) A Petrobras tem passivos substanciais e que podem ser expostos a restrições de liquidez significativas no curto e médio prazos, o que pode afetar materialmente e adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

c.2) Aumento no valor da dívida em função da desvalorização do Real em relação ao Dólar e do aumento da taxa de juros.

c.3) As obrigações com plano de pensão (“Petros”) e assistência médica (“AMS”) por tratar-se de uma estimativa, que são revisadas anualmente, podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

c.4) A Petrobras está exposta a riscos de crédito de alguns de seus clientes e riscos associados à inadimplência. Qualquer falta de pagamento relevante ou descumprimento por alguns de seus clientes poderiam afetar adversamente o fluxo de caixa, resultados operacionais e condição financeira da companhia.

d) Fatores de Riscos Legais, Regulatórios e de Conformidade:

d.1) A falha em prevenir, detectar em tempo hábil, ou corrigir comportamentos incompatíveis com princípios éticos e regras de conduta da companhia, pode ter um efeito material adverso sobre seus resultados operacionais e sua situação financeira.

d.2) Embora a administração da companhia tenha concluído que os controles internos sobre relatórios financeiros foram efetivos em 31 de dezembro de 2018, a companhia está sujeita ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou de que o grau de conformidade com suas políticas e procedimentos possa se deteriorar, o que pode gerar um impacto adverso sobre os

negócios e operações e gerar reações negativas no mercado.

d.3) Qualquer descumprimento dos acordos que encerraram as investigações conduzidas pela SEC e pelo Departamento de Justiça dos EUA (DoJ) e eventuais investigações futuras sobre a possibilidade de não conformidade com a Lei Sobre Práticas de Corrupção no Exterior (Foreign Corrupt Practices Act) dos EUA poderiam afetar adversamente a companhia. As violações dessa lei ou de outras leis podem obrigar a Petrobras a pagar multas e expor a companhia e seus empregados a sanções penais e ações cíveis.

d.4) A metodologia da companhia para estimar os gastos adicionais capitalizados indevidamente, descobertos no âmbito da Operação Lava Jato, envolve algum grau de incerteza. Se, no futuro, alguma informação relevante adicional vier à tona indicando que a estimativa de gastos adicionais capitalizados da companhia parece, em retrospecto, materialmente subestimada ou superestimada, isso poderia exigir uma reapresentação das demonstrações contábeis da Petrobras, podendo ter um efeito material adverso em seus resultados operacionais e condições financeiras e podendo afetar o valor de mercado de seus valores mobiliários.

d.5) A companhia pode enfrentar processos adicionais relacionados com a Operação Lava Jato.

d.6) Interpretações divergentes e/ou mudanças na interpretação da legislação tributária, bem como mudanças na própria lei tributária por meio da criação ou majoração de tributos, podem causar um efeito adverso sobre a condição financeira da companhia e sobre os resultados de suas operações.

d.7) Diferenças de interpretações e novas exigências das agências reguladoras no setor de óleo e gás, incluindo a aplicação de regras de conteúdo local e cálculo para pagamento de participação especial e royalties, podem resultar na necessidade de aumento de investimentos, despesas e custos

operacionais ou ainda provocar atrasos na produção.

d.8) O Contrato de Cessão Onerosa assinado entre a Petrobras e a União Federal (“Contrato de Cessão Onerosa”) é uma transação com parte relacionada sujeita a reajuste futuro de preço.

d.9) Operações com partes relacionadas podem não ser devidamente identificadas e tratadas.

d.10) Interpretações divergentes e/ou o surgimento de regulamentos e exigências ambientais, de saúde e de segurança cada vez mais rigorosos podem impactar negativamente o resultado operacional e condição financeira da companhia no futuro.

d.11) A Petrobras pode ser obrigada pela justiça a garantir o fornecimento de produtos ou serviços para contrapartes inadimplentes.

e) Fatores de Risco associado ao Negócio:

e.1) Mudanças no ambiente econômico, na indústria de petróleo e gás e em outros fatores resultaram, e poderão resultar, em substanciais reduções do valor contábil de alguns dos ativos da companhia, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e condição financeira.

e.2) Manter os objetivos da produção de petróleo no longo prazo depende da capacidade da companhia de obter e desenvolver com êxito as suas reservas.

e.3) As estimativas de reservas de petróleo e gás natural da companhia envolvem algum grau de incerteza, o que pode afetar adversamente a sua capacidade de gerar receita.

e.4) A Petrobras não é proprietária das acumulações de petróleo e gás natural no subsolo do Brasil.

e.5) As parcerias existentes podem não desempenhar como esperado, impactando negativamente os resultados da companhia.

e.6) A Petrobras possui ativos e investimentos em outros países onde a

situação política, econômica e social pode impactar negativamente os seus negócios.

e.7) A capacidade de desenvolver, se adaptar e ter acesso a novas tecnologias e aproveitar as oportunidades relacionadas à transformação digital é fundamental para a competitividade da companhia.

e.8) Flutuações de mercado, relacionadas à instabilidade política, atos de terrorismo, conflitos armados e guerras em várias regiões do mundo, podem ter um efeito material adverso nos negócios da companhia.

e.9) A atuação de empresas que possuem licença de uso de nossas marcas pode impactar a nossa imagem e reputação.

f) Fatores de Risco associado ao Brasil e ao relacionamento com o Governo Federal:

f.1) Investigações relativas à corrupção política de membros do governo brasileiro podem gerar instabilidade econômica e política.

f.2) O orçamento de investimento da companhia está sujeito à aprovação pelo governo federal brasileiro. A não aprovação dos investimentos previstos da companhia pode afetar adversamente seus resultados operacionais e condição financeira.

A descrição completa dos nossos Fatores de Risco encontra-se no item 4.1 do Formulário de Referência, disponível em nosso website, no endereço eletrônico: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

8. Nossos principais resultados

Destaques de 2018

Os diretores da companhia comentam as principais variações da demonstração de resultado, conforme abaixo descrito nos Resultados Consolidados de 2018:

- O fluxo de caixa livre atingiu o recorde de R\$ 54,6 bilhões, sendo 2018 o quarto ano consecutivo de

fluxo de caixa livre positivo após muitos anos de valores negativos.

- EBITDA ajustado recorde de R\$ 114,9 bilhões, com aumento de 50% relativamente a 2017.
- Lucro líquido contábil de R\$ 25,8 bilhões, R\$1,98 por ação, o primeiro numa sequência de prejuízos anuais desde 2014.
- Esse resultado, que inclui efeitos de R\$10 bilhões negativos em itens especiais, foi também influenciado pela considerável alta dos preços médios (Brent), de 31%, a depreciação do real vis-à-vis o dólar norte-americano de 14%, redução dos juros pagos devido ao declínio do endividamento (R\$1,1 bilhão) e o ganho contábil derivado da regularização de créditos contra a Eletrobrás (R\$ 5,3 bilhões).
- A remuneração total aos acionistas será de R\$ 7,1 bilhões, sendo R\$ 0,2535 por ação ordinária e R\$ 0,9225 por ação preferencial.
- Nosso endividamento bruto diminuiu significativamente, de US\$ 126,3 bilhões em 2015 para US\$ 84,4 bilhões no final de 2018.
- Procurando tornar mais eficiente a alocação de capital da companhia, a disponibilidade de caixa, que já foi de US\$25 bilhões no passado e chegou a US\$15 bilhões em 2018, deverá convergir para cerca de US\$ 10 bilhões através da ampliação de *revolving credit lines*.
- Foram realizados investimentos em manutenção das operações e crescimento da produção no valor de US\$ 12 bilhões contra US\$ 13,6 bilhões em 2017. Ao mesmo tempo, os desinvestimentos proporcionaram ingresso no caixa de US\$ 6 bilhões.
- A produção de óleo e gás alcançou 2,63 milhões de barris de óleo equivalente por dia (Mboed), sendo 2,53 Mboed no Brasil e 101 mil boed em outros países, 5% menor do que em 2017.
- A produção na camada pré-sal foi responsável por 45% do total de óleo e gás, pós-sal em águas profundas e ultra profundas 39%, águas rasas 5% e campos terrestres 11% contra 40%, 43%, 6% e 11%, respectivamente, em 2017.
- Nossa produção ficou praticamente estagnada durante os últimos cinco anos, o que é consequência de vários fatores, tais como a ausência de leilões de blocos de petróleo no Brasil por cinco anos (2008-2013), atrasos sistemáticos no desenvolvimento de projetos em parte associados às rígidas exigências de conteúdo local e o declínio natural de campos maduros.
- O custo médio de extração (*lifting cost*) no Brasil ficou em US\$10,90 por barril, com redução de 3,3% relativamente a 2017.
- O *lifting cost* médio tende a declinar na medida em que os campos do pré-sal, de custo em torno de US\$7/boe continuam a aumentar sua fatia na produção total da Petrobras e nossas iniciativas para elevação de produtividade e corte de custos tenham mais sucesso.
- Entraram em operação quatro novos sistemas de produção, sendo três no pré-sal na Bacia de Santos (P-74, P-75 e P-69) e um na Bacia de Campos (FPSO Cidade de Campos dos Goytacazes).
- Em fevereiro de 2019 dois sistemas de produção - P-67 e P-76 - começaram a produzir no pré-sal na Bacia de Santos.

Destaques do 4T-2018

- O lucro líquido foi de R\$ 2,1 bilhões, refletindo a redução do Brent e das margens nas vendas de derivativos e a ocorrência de itens especiais, que totalizaram R\$ 6,3 bilhões, tais como acordo com ANP relacionado ao Parque das Baleias, *impairment* e perdas com contingências. Em contrapartida, houve crescimento de 6% na produção e 45% nas exportações de petróleo. O EBITDA ajustado foi R\$ 29,2 bilhões e o Fluxo de Caixa Livre R\$ 17,1 bilhões. Se excluídos os itens especiais, o lucro líquido seria R\$ 8 bilhões e o EBITDA ajustado R\$ 31 bilhões.

Métricas de performance

- Superamos nossa meta financeira e atingimos nossa métrica de segurança. O índice dívida líquida sobre EBITDA ajustado* reduziu para 2,34, inferior à meta de 2,5 estabelecida para 2018, e o endividamento líquido* alcançou US\$ 69,4 bilhões, uma redução de 18% em relação a 2017. Além disso, a gestão ativa da dívida possibilitou o alongamento do prazo médio de 8,62 para 9,14 anos, com taxa média de 6,1%. *

	2017	2018	META 2018
Dívida Líquida/ EBITDA ajustado	3,67	2,34	2,5
TAR	1,08	1,01	1,0*

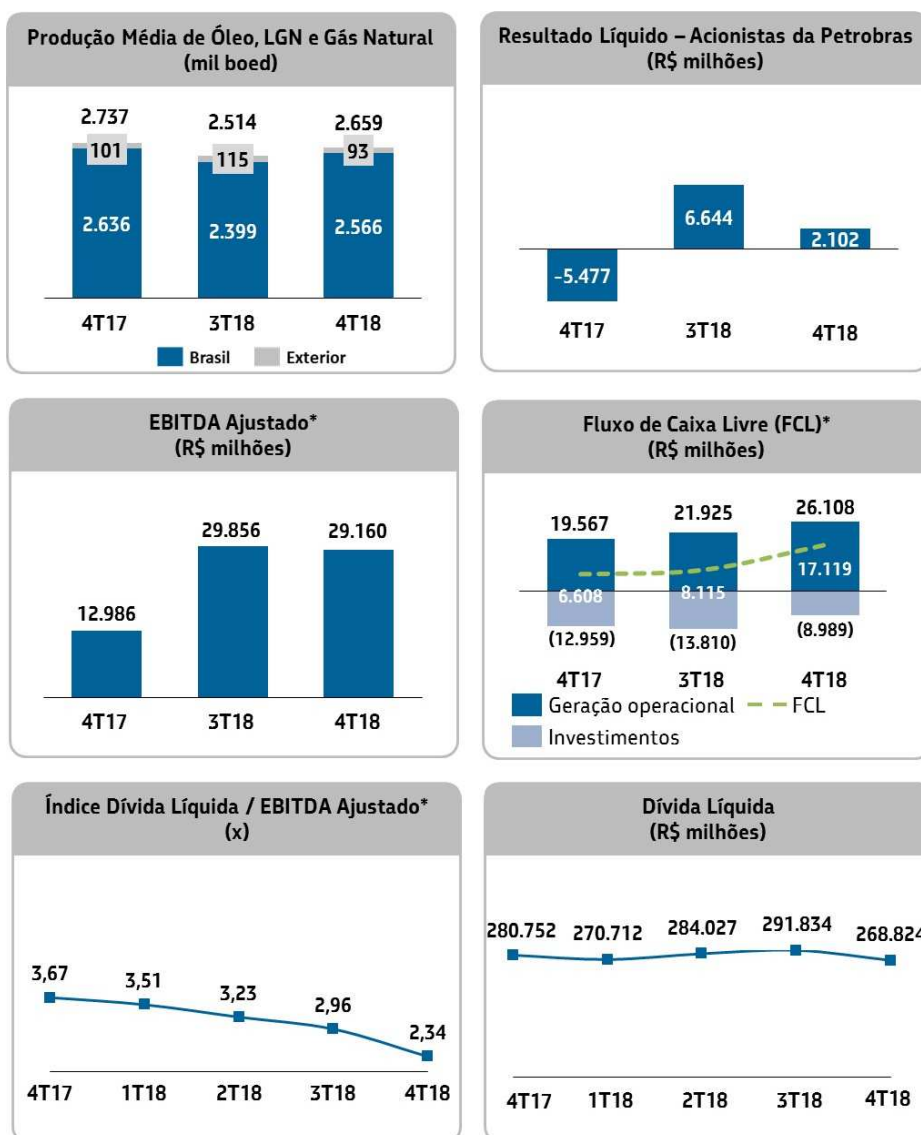
* Limite de alerta

Perspectivas**

Em 2019, projetamos aumento da produção de petróleo e gás natural para 2,8 milhões de boed, sendo 2,3 milhões de boed de petróleo no Brasil. Este crescimento será viabilizado pelo *ramp-up* das plataformas recém-instaladas e pela entrada em operação da P-77 e da P-68. Seguiremos com os desinvestimentos e a redução da alavancagem financeira, mantendo a disciplina de capital e otimizando a gestão de portfólio, da dívida e do caixa.

* Vide definições de Fluxo de Caixa Livre, EBITDA Ajustado e Endividamento Líquido no Glossário e respectivas reconciliações nas seções de Liquidez e Recursos de Capital, Reconciliação do EBITDA Ajustado e Endividamento Líquido dos Resultados Consolidados de 2018. Informações contábeis consolidadas auditadas pelos auditores independentes de acordo com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS).

** Estas apresentações podem conter previsões acerca de eventos futuros. Tais previsões refletem apenas expectativas dos administradores da companhia sobre condições futuras da economia, além do setor de atuação, do desempenho e dos resultados financeiros da companhia, dentre outros. Os termos “antecipa”, “acredita”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeja”, “projeta”, “objetiva”, “deverá”, bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, consequentemente, não são garantias de resultados futuros da companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas. A companhia não se obriga a atualizar as apresentações e previsões à luz de novas informações ou de seus desdobramentos futuros. Os valores informados para 2018 em diante são estimativas ou metas. Adicionalmente, esta apresentação contém alguns indicadores financeiros que não são reconhecidos pelo BR GAAP ou IFRS. Esses indicadores não possuem significados padronizados e podem não ser comparáveis a indicadores com descrição similar utilizados por outras companhias. Nós fornecemos estes indicadores porque os utilizamos como medidas de performance da companhia; eles não devem ser considerados de forma isolada ou como substituto para outras métricas financeiras que tenham sido divulgadas em acordo com o BR GAAP ou IFRS.



		2014	2015	2016	2017	2018
Produção óleo	<i>mil boed</i>	2.669	2.787	2.790	2.767	2.628
Receita	<i>R\$ bilhões</i>	337,3	321,6	282,6	283,7	349,8
Lucro bruto	<i>R\$ bilhões</i>	80,4	98,6	90	91,6	124,5
Lucro líquido	<i>R\$ bilhões</i>	-21,6	-34,8	-14,8	-0,4	25,8
Ebitda ajustado	<i>R\$ bilhões</i>	59,9	76,8	88,7	76,6	114,9
Investimento	<i>R\$ bilhões</i>	81,8	70,8	48,1	42,4	41,2
Fluxo de caixa livre	<i>R\$ bilhões</i>	-23	44,2	41,6	44,1	54,6
Dívida bruta	<i>R\$ bilhões</i>	351	493	385,8	361,5	326,9
Dívida bruta/FCO	<i>R\$/R\$</i>	5,64	5,69	4,30	4,18	3,41
Dívida bruta/Ebitda ajustado	<i>R\$/R\$</i>	5,86	6,42	4,35	4,72	2,85
Ebitda ajustado/barril (segmento E&P)	<i>US\$/boe</i>	35,0	14,7	15,4	20,2	29,5

* Vide definições de Fluxo de Caixa Livre, EBITDA Ajustado e Endividamento Líquido no Glossário e respectivas reconciliações nas seções de Liquidez e Recursos de Capital, Reconciliação do EBITDA Ajustado e Endividamento Líquido dos Resultados Consolidados 2018.

Tabela 01 - Principais itens e indicadores econômicos consolidados

	R\$ milhões						
	Exercício			4T-2018	3T-2018	4T18 3T18 (%)	4T-2017
	2018	2017	2018 2017 (%) x				
Receita de vendas	349.836	283.695	23	92.720	98.260	(6)	76.512
Lucro bruto	124.543	91.595	36	31.503	34.644	(9)	25.203
Despesas operacionais	(61.586)	(55.971)	(10)	(20.046)	(17.625)	(14)	(26.617)
Lucro (Prejuízo) operacional	62.957	35.624	77	11.457	17.019	(33)	(1.414)
Resultado financeiro líquido	(21.100)	(31.599)	33	(5.366)	(5.841)	8	(7.598)
Lucro líquido (Prejuízo) - Acionistas Petrobras	25.779	(446)	5880	2.102	6.644	(68)	(5.477)
Lucro líquido (Prejuízo) por ação - Acionistas Petrobras	1,98	(0,03)	6700	0,16	0,51	(69)	(0,42)
Valor de mercado (Controladora)	316.093	216.045	46	316.093	298.477	6	216.045
EBITDA ajustado*	114.852	76.557	50	29.160	29.856	(2)	12.986
Margem EBITDA ajustado* (%)	33	27	6	31	30	1	17
Margem bruta* (%)	36	32	4	34	35	(1)	33
Margem operacional* (%)	18	13	5	12	17	(5)	(2)
Margem líquida* (%)	7	-	7	2	7	(5)	(7)
Investimento total*	49.370	48.220	2	12.659	15.454	(18)	14.790
E&P	42.528	39.650	7	10.270	13.565	(24)	12.802
Refino, Transporte e Comercialização	4.103	4.093	-	1.427	1.155	24	1.104
Gás e Energia	1.607	3.602	(55)	581	435	34	574
Distribuição	500	345	45	177	129	37	116
Biocombustível	61	112	(46)	2	29	(93)	62
Corporativo	571	418	37	202	141	43	132
Dólar médio de venda (R\$)	3,65	3,19	14	3,81	3,95	(4)	3,25
Dólar final de venda (R\$)	3,87	3,31	17	3,87	4,00	(3)	3,31
Variação - Dólar final de venda (%)	17,1	1,5	16	(3,2)	3,8	(7)	4,4
Preço derivados básicos - Mercado interno (R\$/bbl)	299,70	226,37	32	312,35	330,33	(5)	246,29
Brent (R\$/bbl)	260,18	173,30	50	257,70	298,22	(14)	199,48
Brent (US\$/bbl)	71,04	54,27	31	67,76	75,27	(10)	61,39
Preço de venda - Brasil							
Petróleo (US\$/bbl)	66,66	50,48	32	66,71	70,14	(5)	55,82
Gás natural (US\$/bbl)	42,87	37,82	13	49,45	42,30	17	38,72
Preço de venda - Internacional							
Petróleo (US\$/bbl)	66,13	47,16	40	68,55	68,72	-	54,04
Gás natural (US\$/bbl)	24,34	20,79	17	23,11	22,73	2	22,23
Volume total de vendas (mil barris/dia)**							
Diesel	784	717	9	814	884	(8)	692
Gasolina	459	521	(12)	460	433	6	501
Óleo combustível	45	61	(26)	41	54	(24)	68
Nafta	97	134	(28)	96	102	(6)	113
GLP	231	235	(2)	228	241	(5)	230
QAV	108	101	7	111	111	-	105
Outros	163	171	(5)	153	169	(9)	176
Total de derivados	1.887	1.940	(3)	1.903	1.994	(5)	1.885
Alcoóis, nitrogenados renováveis e outros	71	112	(37)	80	77	4	121
Gás natural	345	361	(4)	322	367	(12)	386
Total mercado interno	2.303	2.413	(5)	2.305	2.438	(5)	2.392
Exportação de petróleo, derivados e outros	608	672	(10)	644	512	26	550
Vendas internacionais	236	242	(2)	225	231	(3)	246
Total mercado externo	844	914	(8)	869	743	17	796
Total geral	3.147	3.327	(5)	3.174	3.181	-	3.188

* Vide definições de EBITDA Ajustado, Investimento total, Margem EBITDA Ajustado, Margem Bruta, Margem Operacional e Margem Líquida e reconciliação na seção do EBITDA Ajustado dos Resultados Consolidados 2018.

** Os dados operacionais não são auditados pelo auditor independente.

Resultados 2018 x 2017*:

A receita de vendas totalizou R\$ 349.836 milhões, aumento de 23%, refletindo os maiores preços dos derivados no mercado interno, principalmente diesel e gasolina e das exportações, acompanhando o aumento de 31% da cotação do *Brent* e a depreciação de 14% do real. Apesar do maior volume de vendas de diesel, houve queda no volume total das vendas de derivados no mercado interno em 3% e nas exportações em 10%, em função da menor produção de óleo.

Houve aumento das despesas de vendas, principalmente em função do pagamento de tarifas para utilização de gasodutos, maiores gastos com participações governamentais e importações e ocorrência de itens especiais. Houve, ainda, redução das despesas gerais e administrativas.

O EBITDA ajustado atingiu R\$ 114.852 milhões, acréscimo de 50%, como resultado das maiores margens nas vendas de derivados no mercado doméstico e das exportações, acompanhando o aumento do *Brent*. A margem EBITDA ajustado aumentou significativamente, de 27% para 33%.

Os itens especiais totalizaram R\$ 10.034 milhões, incluindo:

(i) ganhos com acordos assinados com o setor elétrico (R\$ 5.259 milhões),

(ii) resultado positivo com desmantelamento de áreas (R\$ 2.365 milhões), em função do alongamento do prazo até o abandono,

(iii) perdas com *impairment* (R\$ 7.583 milhões), com destaque para campos de produção de óleo e gás no Brasil e no exterior e para navios da Transpetro (detalhamento no Apêndice 5 dos Resultados Consolidados de 2018),

(iv) perdas com contingências judiciais (R\$ 7.415 milhões), principalmente, o acordo com ANP para unificação do Parque das Baleiais e a arbitragem movida pela Vantage, e

(v) efeito cambial negativo sobre contingências (R\$ 1.646 milhões).

O lucro líquido em 2018 foi de R\$ 25.779 milhões, equivalente a R\$ 1,98 por ação, refletindo o maior lucro operacional e a melhora do resultado financeiro, resultante de menor despesa com juros originados pela redução do endividamento e de maiores receitas financeiros devido aos ganhos com a renegociação de dívidas do setor elétrico.

Excluindo o impacto dos itens especiais, o lucro líquido seria de R\$ 35.974 milhões e EBITDA ajustado de R\$ 122.002 milhões.

O Fluxo de caixa livre de R\$ 54.600 milhões foi recorde histórico e 24% superior a 2017, refletindo o aumento de 11% da geração operacional de caixa e mantendo o mesmo nível de investimentos do ano anterior.

Os investimentos totalizaram R\$ 41.246 milhões, inferiores ao estimado para o ano, em função de postergações em atividades relacionadas à construção de plataformas, que levou a atraso de alguns meses na entrada em operação e postergações em perfuração e completação de poços em campos maduros, conciliando com o cronograma de melhoria das plataformas.

Os desinvestimentos realizados resultaram em entrada de caixa de R\$ 20.218 milhões, com destaque para os projetos de parceria com a Equinor no campo de Roncador, com a Total em Lapa e Iara e com a Murphy no Golfo do México.

A Petrobras atingiu a meta de dívida líquida, que alcançou US\$ 69.378 milhões ao final de 2018, e superou a meta Dívida líquida/EBITDA ajustado, alcançando 2,34, inferior à meta de 2,5.

* Informações adicionais sobre o resultado das operações de 2018 x 2017, vide item 6 dos Resultados Consolidados 2018.

Resultados das operações de 2018 X 2017

Receita de vendas de R\$ 349.836 milhões, R\$ 66.141 milhões superior à de 2017 (R\$ 283.695 milhões), refletindo:

- aumento da receita no mercado interno (R\$ 42.982 milhões), reflexo de:
 - ✓ maiores preços médios dos derivados (R\$ 46.820 milhões), com destaque para o diesel (R\$ 21.108 milhões), gasolina (R\$ 10.202 milhões) e demais derivados (R\$ 15.510 milhões), acompanhando o aumento das cotações internacionais e a depreciação do real frente ao dólar;
 - ✓ maior receita de gás natural (R\$ 4.049 milhões), refletindo os preços mais elevados das *commodities*;
 - ✓ menor volume de vendas de derivados no mercado interno (R\$ 1.934 milhões), com destaque para:
 - gasolina (R\$ 6.354 milhões), refletindo a perda de participação para o etanol;
 - nafta (R\$ 2.337 milhões), devido à redução das vendas para a Braskem; e
 - crescimento das vendas do diesel (R\$ 7.409 milhões), decorrente do menor volume importado por outros players, compensando parcialmente os efeitos acima.
- aumento da receita com exportações (R\$ 16.262 milhões), basicamente petróleo e derivados, devido aos maiores preços, acompanhando a elevação das cotações internacionais e a depreciação do real frente ao dólar, e ao maior volume exportado de gasolina em função da perda de participação para o etanol no mercado interno, compensados em parte pela redução do volume de petróleo exportado devido à menor produção; e
- aumento das receitas de vendas no exterior (R\$ 6.897 milhões), refletindo a elevação das cotações internacionais.

Custo dos produtos vendidos de R\$ 225.293 milhões, R\$ 33.193 milhões superior ao de 2017 (R\$ 192.100 milhões), com destaque para os seguintes fatores:

- os maiores gastos com participações governamentais e com importações de petróleo, derivados e gás natural, em função dos maiores custos das *commodities* e da desvalorização do real frente ao dólar. As participações governamentais também foram influenciadas pelo aumento da produção em campos onde há incidência de alíquotas elevadas de participação especial;
- o aumento dos custos associados às atividades no exterior, refletindo a elevação das cotações internacionais; e
- a elevação da participação de óleo importado na carga processada e de GNL no *mix* das vendas, decorrente da menor produção.

Despesas de vendas de R\$ 16.861 milhões, R\$ 2.351 milhões superiores, devido ao aumento dos gastos logísticos em função do pagamento de tarifas para utilização dos gasodutos após a venda da NTS em abril/2017 (R\$ 1.076 milhões), das maiores perdas de crédito esperadas referentes ao setor elétrico (R\$ 82 milhões) e dos maiores gastos com terminais de regaseificação de GNL e cabotagem, em virtude da desvalorização do real frente ao dólar.

Despesas gerais e administrativas de R\$ 8.932 milhões, R\$ 382 milhões inferiores, refletindo os menores gastos com consultorias, TI e serviços administrativos prestados por terceiros, seguindo a disciplina financeira de controle de gastos.

Custos exploratórios para extração de petróleo e gás natural de R\$ 1.904 milhões, R\$ 659 milhões inferiores, decorrente de menores gastos com projetos sem viabilidade econômica (R\$ 576 milhões) e pela redução de provisão referentes a penalidades contratuais de conteúdo local (R\$ 162 milhões).

Despesas tributárias de R\$ 2.790 milhões, R\$ 3.131 milhões inferiores, em decorrência, basicamente, dos efeitos da adesão aos Programas de Regularização de Tributos Federais em 2017 (R\$ 2.841 milhões).

Perda por *impairment* de ativos de R\$ 7.689 milhões, R\$ 3.827 milhões superior, em função, principalmente, das maiores perdas nos campos de produção de óleo e gás no Brasil, refletindo a revisão de estimativas de gastos futuros com desmantelamento de áreas e o aumento da taxa de câmbio, e da venda de ativos de E&P da PAI no Golfo do México, conforme detalhado na nota explicativa 14 das Demonstrações Financeiras.

Outras despesas operacionais de R\$ 21.061 milhões, R\$ 3.091 milhões superiores às de 2017, com destaque para:

- menores ganhos líquidos com alienação e baixa de ativos no montante de R\$ 4.437 milhões, principalmente devido a:
 - ✓ ganhos apurados na venda da participação na Nova Transportadora do Sudeste (NTS) em 2017 (R\$ 7.040 milhões);
 - ✓ despesa com ajuste do preço final de venda de 25% da participação no campo de Roncador (R\$ 801 milhões); e
 - ✓ compensados, em parte, com os ganhos pela venda das áreas de Lapa, Iara e Carcará (R\$ 3.223 milhões) no 1T-2018.
- perdas com variação negativa no valor de mercado das opções de venda contratadas para proteger o preço de parte da produção de óleo (R\$ 1.466 milhões), considerando a sua natureza de seguro e proteção frente à variação da commodity, (ver nota explicativa 34.1 das Demonstrações Financeiras);
- despesa com adesão ao Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) da Petrobras (R\$ 1.156 milhões), (ver nota explicativa 22.2 das Demonstrações Financeiras);
- despesa em função de unitizações, que preveem equalizações de gastos e volumes de produção referentes aos campos de Sapinhoá, Lula, Tartaruga Verde, Berbigão e Sururu (R\$ 1.064 milhões), (ver nota explicativa 12.3 das Demonstrações Financeiras);

- menor provisão para perdas e contingências com processos judiciais (R\$ 3.058 milhões), em função de:

- ✓ acordo para encerramento da Class Action em 2017 (R\$ 11.198 milhões);
- ✓ reversão de provisão referente ao acordo extrajudicial da BR Distribuidora para quitação de débitos fiscais com o Estado do Mato Grosso (R\$ 1.372 milhões);
- ✓ reversão de provisão devido à adesão ao programa de anistia com o Estado do Rio de Janeiro (R\$ 1.215 milhões);
- ✓ acordos para encerramento das investigações com autoridades nos EUA (R\$ 3.536 milhões);
- ✓ provisão referente ao acordo com a ANP sobre a unificação de campos do Parque das Baleias (3.545 milhões);
- ✓ provisão em virtude de arbitragens nos EUA sobre contrato de prestação de serviço de perfuração vinculado ao navio-sonda Titanium Explorer (Vantage) (R\$ 2.660 milhões); e
- ✓ despesa cambial sobre a exposição passiva em dólar da Class Action, refletindo a desvalorização do real frente ao dólar (R\$ 1.646 milhões).

- maior resultado positivo relacionado a desmantelamento de áreas (R\$ 1.272 milhões); e

- maior ressarcimento de recursos recuperados pela Operação Lava Jato (R\$ 987 milhões);

Resultado financeiro líquido negativo de R\$ 21.100 milhões, R\$ 10.499 milhões inferior ao de 2017, em razão de:

- redução de R\$ 11.024 milhões nas despesas financeiras líquidas, com destaque para:
 - ✓ reconhecimento de ganho em virtude dos acordos assinados em 2018 referentes aos recebíveis do setor elétrico do Sistema Eletrobras (R\$ 5.259 milhões), ver nota explicativa 8.4 das Demonstrações Financeiras;

- ✓ encargos decorrentes da adesão aos Programas de Regularização de Tributos Federais em 2017 (R\$ 2.693 milhões);
- ✓ redução das despesas com juros devido aos pré-pagamentos de dívidas (R\$ 1.067 milhões); e
- ✓ receita financeira decorrente da atualização dos juros sobre recebível da conta petróleo e álcool, em virtude da decisão favorável, em trânsito em julgado, contra a União Federal (R\$ 344 milhões), ver nota explicativa 19.7.2 das Demonstrações Financeiras.
- variação monetária e cambial negativa maior em R\$ 525 milhões, ocasionada por:
 - ✓ variação cambial negativa de R\$ 587 milhões devido à apreciação de 5,3% do dólar sobre a exposição ativa média em libra, comparada à variação cambial negativa de R\$ 123 milhões decorrente da depreciação de 9,1% sobre a exposição passiva média em libra em 2017 (R\$ 464 milhões).

Resultado positivo de participação em investimentos de R\$ 1.919 milhões, R\$ 230 milhões inferior, refletindo o menor resultado em participações no setor petroquímico, basicamente Braskem.

Despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$ 17.078 milhões, R\$ 11.281 milhões superior, em razão, principalmente, do maior resultado antes dos impostos e pela indedutibilidade fiscal dos acordos para encerramento das investigações com autoridades nos EUA, compensados, em parte, pelo benefício fiscal em virtude da distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP) e pelos efeitos da adesão aos Programas de Regularização de Tributos Federais em 2017, ver nota explicativa 21.5 das Demonstrações Financeiras.

As informações contábeis consolidadas auditadas pelos auditores independentes, estão disponíveis em nosso website, no Release de Resultados Consolidados 2018 e nos itens 3, 7 e 10.1 do Formulário de Referência, disponíveis no endereço: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt>.

9. Nosso modelo de governança corporativa

Por sermos uma companhia de capital aberto, seguimos as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da B3 (ex-BM&FBovespa), no Brasil. No exterior, cumprimos as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da Nyse, nos Estados Unidos; do Latibex da Bolsa y Mercados Españoles, na Espanha; e da Comisión Nacional de Valores (CNV) e da Bolsa de Comercio de Buenos Aires, na Argentina.

Nossa estrutura de governança corporativa é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus comitês, Auditorias (Interna e Externa), Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês conforme figura a seguir.

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, sete membros e, no máximo, onze membros, todos com prazo de gestão que não poderá ser superior a dois anos, admitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

O Conselho de Administração conta com seis comitês estatutários de assessoramento: Comitê de Investimentos; Comitê de Auditoria; Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras; Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; Comitê de Pessoas; e Comitê de Minoritários.

Os referidos comitês são compostos por membros do Conselho de Administração, e/ou por pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica, nomeados anualmente pelo Conselho e têm por objetivo assessorá-lo no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior da companhia, com atribuições específicas relacionadas ao escopo de atuação. A composição e as regras de funcionamento dos comitês são disciplinadas em regimentos próprios aprovados pelo Conselho de Administração.



Extraordinariamente, contamos, entre 2014 e 2018, com um Comitê Especial instalado, de caráter independente e com linha de reporte direta ao Conselho de Administração. Em 28 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Comitê Especial, bem como a cessação das atividades de investigação interna conduzidas por escritórios externos.

As atividades do Comitê Especial e dos escritórios externos passam a ser executadas, de forma permanente, pelas áreas competentes da Petrobras, que, sob a liderança da Diretoria de Governança e Conformidade, estão devidamente estruturadas para esse fim. Dessa maneira, não haverá impacto às ações da Petrobras para apuração de irregularidades, inclusive em relação à Operação Lava Jato, que continuam em andamento.

A Diretoria Executiva é o órgão, responsável pela gestão dos negócios da companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

É composta pelo presidente e pelos diretores executivos e seus membros são todos eleitos pelo Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria Executiva atuam individualmente, nas atividades das unidades de suas respectivas áreas de contato, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

Os membros da Diretoria Executiva contam com sete Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, compostos por titulares da estrutura geral da companhia, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias: Comitê Técnico Estatutário de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia; Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Produção; Comitê Técnico Estatutário de Refino e Gás Natural; Comitê Técnico Estatutário Financeiro e de Relacionamento com Investidores; Comitê Técnico Estatutário de Assuntos Corporativos; Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade; e Comitê Técnico Estatutário de Relacionamento Institucional.

Adicionalmente, a Diretoria Executiva contará com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento, a ela vinculado, composto por gerentes executivos, com a atribuição de emitir análises e manifestações sobre os assuntos relacionados ao Plano Estratégico e ao Plano de Negócios e Gestão do Sistema

Petrobras e ao acompanhamento da carteira e da execução dos projetos de investimento e desinvestimento da companhia.

A composição e as regras de funcionamento dos Comitês Técnicos Estatutários são disciplinadas em regimentos aprovados pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva pode criar comitês, com poderes delegados, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Os comitês podem ser de natureza deliberativa ou consultiva e têm a finalidade de auxiliar a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

Contamos com um diretor executivo de Governança e Conformidade, estatutário e membro da Diretoria Executiva. Ao diretor executivo de Governança e Conformidade, diferentemente dos demais, compete analisar e emitir parecer quanto à conformidade processual das pautas submetidas à Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou, em 18 de dezembro de 2018, a extinção da função de Diretor Adjunto de Governança e Conformidade, função não estatutária, temporária, criada em 13 de junho de 2017, com vigência até 31 de dezembro de 2019, vinculada ao Diretor Executivo de Governança e Conformidade, com o papel de coordenar as ações de prevenção e investigação nos temas de fraude e corrupção, assim como as ações de controles internos, governança corporativa e governança societária.

A extinção dessa função antecipadamente à data originalmente prevista, de 31 de dezembro de 2019, decorre do fortalecimento dos controles internos na companhia, da eliminação de todas as

fraquezas materiais desde o final de 2017, e dos avanços já obtidos em relação à governança corporativa e societária e às atividades de prevenção, detecção, investigação interna e remediação de irregularidades.

Nosso Conselho Fiscal é de caráter permanente e foi instalado em 17 de fevereiro de 1956.

O Conselho Fiscal é um órgão colegiado não integrante da administração, ao qual cabe, por meio de sua função fiscalizadora, representar os acionistas, acompanhando a ação dos administradores. Tem como objetivo geral verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários e defender os interesses dos acionistas da Petrobras. A função fiscalizadora não se limita a verificar a legalidade dos atos, mas envolve todo o nível necessário de informação para salvaguardar o interesse dos acionistas sem, contudo, interferir na própria administração.

O Conselho Fiscal deve manter um estreito e produtivo relacionamento com a estrutura administrativa da Petrobras, visando ao cumprimento de suas funções legais. O espírito cooperativo deve ter por meta manter o necessário fluxo de informações e salvaguardar os interesses da companhia e dos acionistas, devendo-se garantir, por outro lado, a independência do Conselho Fiscal com relação a quaisquer outros órgãos da Petrobras.

São realizadas reuniões periódicas conjuntas entre o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário, cuja pauta reflete os principais acontecimentos da companhia, principalmente com relação à administração de riscos e governança.

No exercício de 2018, foram realizadas 29 reuniões do Conselho Fiscal e 61 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), sendo três reuniões conjuntas entre estes colegiados. O Conselho Fiscal também participou como convidado de uma reunião com o Conselho de Administração

para deliberação das matérias levadas às Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária de 26 de abril de 2018, que visou a emissão do parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações contábeis do exercício 2017.

Para o exercício de 2019, estão previstas 23 reuniões do Conselho Fiscal, sendo duas em conjunto com o CAE e uma em conjunto com o Conselho de Administração, para deliberação das matérias a serem levadas à AGO/AGE de 25 de abril de 2019.

No exercício de 2018 foram realizadas 57 reuniões do Conselho de Administração, sendo 12 reuniões ordinárias e 45 extraordinárias.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas através de aviso por escrito, enviado a cada conselheiro com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data da reunião, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, a critério exclusivo do presidente do Conselho de Administração. O referido aviso conterà as matérias da ordem do dia.

A agenda das reuniões do Conselho e de seus Comitês seguirá uma programação anual de pautas permanentes acrescida de outros temas a serem definidos pelo presidente da companhia, na qualidade de conselheiro. Os demais conselheiros ou membros da Diretoria Executiva também podem requisitar a inclusão de temas específicos de pauta na agenda, em articulação com a Secretaria-Geral, assistentes e assessores técnicos do Conselho. Os conselheiros e membros da Diretoria Executiva deverão apresentar até 10 (dez) dias antes da realização da reunião as matérias que desejam incluir na respectiva pauta.

As informações para o entendimento da matéria devem ser expressas através dos Resumos Executivos e documentos complementares distribuídos pela Secretaria-Geral, com no mínimo uma semana de antecedência à reunião do Conselho, salvo autorização específica do presidente do Conselho. Este material deve ser conciso e devidamente

fundamentado, fornecendo todas as informações relevantes para a tomada de decisão. Todos os Conselheiros devem ler previamente o material distribuído e solicitar informações adicionais, se necessário.

As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, a ser indicado pela Secretaria-Geral, de acordo com cada matéria; e ainda o parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

O Conselho de Administração contará com o apoio material e administrativo que se fizer necessário à execução de suas atribuições, utilizando-se da estrutura administrativa da Secretaria-Geral da Petrobras (Segepe), dos Assistentes e dos Assessores Técnicos do Conselho, por meio do Sistema de Apoio às Reuniões da Diretoria Executiva (SDE) e do Sistema de Gestão de Documentos (SGDD).

As decisões do Conselho de Administração constarão de ata, contendo o sumário das decisões adotadas e eventuais dissidências e protestos, salvo se o Conselho de Administração deliberar por elaborá-la de forma diversa. A ata de reunião do Conselho será assinada por todos os conselheiros presentes.

Em caso de decisões divergentes ao parecer do Comitê de Minoritários, na forma do art. 40, §4º do Estatuto Social, a manifestação do Conselho, incluindo a integralidade das manifestações divergentes, deverá constar do Manual da Assembleia que for convocada para deliberar sobre tais operações, de modo a melhor instruir o voto dos acionistas.

Além de atender ao artigo 115 § 1º da Lei das Sociedades por Ações, dispomos de documentos que tratam da identificação e administração de conflitos de interesse. Nosso Estatuto Social, em seu artigo 21, determina que o indicado para o cargo de administração não poderá apresentar qualquer forma de conflito de interesse com a companhia.

O artigo 28 do Estatuto Social, cuja última versão foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, em 25 de abril de 2019, prevê hipóteses de conflito de interesses posterior ao término de gestão dos administradores e membros do conselho fiscal, impedindo-os de exercer determinadas atividades, por um período de seis meses, mediante remuneração compensatória, cujo início do pagamento está condicionado à caracterização do conflito de interesse e o impedimento para o exercício de atividade profissional e será precedido de manifestação formal sobre a caracterização de conflito: I- da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, para os membros da Diretoria Executiva, inclusive para o presidente da companhia; II- da Comissão de Ética da Petrobras, que decidirá com o subsídio das áreas técnicas, quando necessários ao exame da matéria, para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Em 2016, contratamos, por meio de processo licitatório, empresa externa especializada para implantar e formalizar o procedimento de avaliação anual de desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, bem como da Diretoria Executiva e de cada um dos membros destes colegiados, individualmente.

A avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, enquanto colegiados, e de cada um de seus membros, individualmente, ocorre anualmente e está prevista nas Diretrizes de Governança Corporativa e no Regimento Interno do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração deverá programar pauta específica para avaliar os procedimentos relacionados ao processo decisório desse colegiado; avaliar as práticas de governança corporativa, em especial no que se refere à eficácia dos comitês a ele vinculados; e avaliar sua função de planejamento e controle, principalmente no que tange ao

direcionamento estratégico da companhia e ao acompanhamento da gestão da Diretoria Executiva e de seus membros.

A avaliação de desempenho da Diretoria Executiva ocorre anualmente e está prevista nas Diretrizes de Governança Corporativa da companhia e foi incluída no Regimento Interno desse colegiado.

A Diretoria Executiva deverá programar pauta específica para avaliar os procedimentos relacionados ao processo decisório da companhia; avaliar as práticas de governança corporativa, em especial no que se refere à eficácia dos Comitês a ela vinculados; e avaliar o alcance de metas estratégicas definidas em nosso Plano de Negócios e Gestão.

A Diretoria Executiva reportará o resultado de tais avaliações ao Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva conduzirá, anualmente, avaliação da atuação dos Comitês Técnicos Estatutários, em articulação com o coordenador de cada comitê e com o apoio da unidade de Governança, conforme critérios e indicadores aprovados pelo Conselho de Administração.

O processo de avaliação anual de desempenho do Conselho Fiscal é realizado internamente, por meio de autoavaliação, aprovada por este Colegiado em 20 de março de 2017, tendo como principal métrica a execução do Plano Anual de Trabalho, em atenção ao artigo 2º e parágrafo único da Resolução nº 7, de 29 de setembro de 2015, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

A descrição completa de nossa estrutura administrativa, modelo e principais instrumentos de governança pode ser encontrada nos itens 12.1, 12.2, 12.3 e 12.12 do Formulário de Referência, disponível no seguinte endereço, em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

10. Nossas principais melhorias em governança corporativa

Entre 2017 e 2019, promovemos uma série de revisões de instrumentos e ações de melhoria da governança corporativa, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas ao mercado e à estratégia da companhia e em conformidade com as exigências de novos regramentos de governança adotados pela companhia (Lei 13.303/2016, Decreto 8.945/2016, Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 e Segmento Especial de Listagem Nível 2 de Governança Corporativa da B3).

Entre as principais ações realizadas no período estão:

- **Revisão do Estatuto Social**

As revisões do Estatuto Social, entre outros pontos, compreenderam:

- **Comitê de Minoritários:** ampliação das atribuições deste Comitê, que passará a examinar e opinar, em caráter consultivo e não vinculante, acerca de determinadas matérias. Os detentores das ações preferenciais não têm o direito de voto, porém adquirem o direito a voz por meio do Comitê de Minoritários;

- **Tag along de 100% para ações preferenciais:** inclusão de cláusulas que garantem a concessão de 100% de *tag along* para ações preferenciais, nas mesmas condições concedidas às ações ordinárias, além de regras para oferta pública de aquisição de ações;

- **Procedimento Arbitral:** a previsão de procedimento arbitral foi adaptada ao Regulamento do Nível 2 da B3, ressalvadas as disputas ou controvérsias que se refiram às atividades da Petrobras fundamentadas no artigo 1º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e observado o disposto no Estatuto Social, no que tange ao interesse público que justificou a sua criação, bem como às disputas ou controvérsias que envolvam direitos indisponíveis;

- **Interesse público:** o Estatuto Social passa a prever, de forma clara e transparente, que a companhia poderá ter suas atividades orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação. No entanto, caso as orientações da União levem a companhia a assumir obrigações e responsabilidades em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, estas deverão estar definidas em lei ou regulamento e ter seus custos e receitas discriminados e divulgados. Além disso, a União deverá compensar a Petrobras, a cada exercício social, pelo valor da diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida; e

- **Vedação à recondução:** os administradores e conselheiros fiscais que não participarem de treinamentos anuais disponibilizados pela companhia nos últimos dois anos não poderão ser reconduzidos ao cargo.

- **Criação do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras:** aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2018, a alteração do §1º do art. 30 do Estatuto Social, para prever a figura do CAE Conglomerado. Este Comitê tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras na apreciação de determinadas matérias que serão objeto de orientação para as Sociedades do Conglomerado Petrobras, bem como assessorar o Conselho de Administração, quando houver, a Assembleia de Acionistas ou a Diretoria Executiva destas Sociedades;

- **Maior independência:** A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018 aprovou o percentual mínimo de 40% de membros independentes para a composição do Conselho de Administração, incidindo este percentual sobre o número total de Conselheiros de Administração. Além disso, os membros do Conselho de Administração a serem indicados pela União com a finalidade de atender o número mínimo de independentes previsto

no §5º deste artigo serão selecionados em lista tríplice, elaborada por empresa especializada e com experiência comprovada, não sendo permitida a interferência na indicação desta lista, que será de inteira responsabilidade da empresa especializada;

- **Compromisso de indenidade:** A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2018, aprovou a inclusão da possibilidade de celebração de contratos de indenidade com os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, comitês e todos os demais empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da companhia, de forma a fazer frente a determinadas despesas relacionadas a processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados no exercício de suas atribuições ou poderes, mediante determinadas regras e condições estabelecidas; e

- **Remuneração compensatória:** Também foi aprovado nesta ocasião que o início do pagamento da remuneração compensatória, durante o período de impedimento, a que fazem jus os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal está condicionado à caracterização do conflito de interesse e o impedimento para o exercício de atividade profissional e será precedido de manifestação formal sobre a caracterização de conflito por parte da Comissão de Ética da Presidência da República, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, para os membros da Diretoria Executiva, inclusive para o presidente da companhia; e da Comissão de Ética da Petrobras, que decidirá com o subsídio das áreas técnicas, quando necessários ao exame da matéria, para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

- **Revisão de competências:** a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2019, aprovou a mudança na competência de aprovação das alterações organizacionais e de indicação e

destituição de titulares da estrutura geral da companhia, tendo em vista a necessidade de (i) retornar o Conselho de Administração ao seu papel estratégico; (ii) mover a companhia de um modelo influenciado por “situações de desconfiança” para um modelo de “delegação com *accountability*”; (iii) redistribuir as decisões com revisão das atribuições/alçadas, e; (iv) aumentar a eficiência do processo decisório provendo mais agilidade.

Neste contexto, as atribuições e a denominação dos diretores serão transferidas para o Plano Básico de Organização (PBO) e estas informações passarão a ser matéria de competência do Conselho de Administração. Desta forma, ajustes organizacionais não mais demandarão alterações no Estatuto Social, reduzindo assim a complexidade e os custos para a companhia. O PBO, tal qual o Estatuto Social, será divulgado em nosso sítio eletrônico. Esta mudança está em linha com a prática de mercado, especialmente em sociedades de grande porte.

- **Maior eficiência e agilidade nas decisões colegiadas:** de acordo com a revisão do Estatuto Social, aprovada na mesma ocasião, não haverá mais necessidade de uma pauta fixa anual no Conselho de Administração para avaliar os limites de competência da Diretoria Executiva e o que seria objeto de avocação pelo Conselho. A competência somente será exercida caso a revisão desses limites seja necessária, tornando mais eficiente a atuação do colegiado.

Outra medida aprovada pelos acionistas é no sentido de modificar a competência, até então, da Assembleia Geral, no que diz respeito à alienação do controle do capital social de subsidiárias integrais da companhia, migrando esta atribuição para o Conselho de Administração. Cumpre salientar que, com base na Lei nº 6.404/76, não há previsão expressa que atribua esta competência à Assembleia Geral, sendo, portanto, possível de ser atribuída ao Conselho de Administração.

- **Publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017**

Publicamos, em 30 de maio de 2018, a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017, destinada ao público em geral e reunindo, de forma sintética, as principais informações relativas a compromissos com a consecução de objetivos de políticas públicas, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, dados econômico-financeiros, fatores de risco, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração.

A Carta de Governança é uma exigência da Lei 13.303/2016, do Decreto 8.945/2016 e do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 e está em linha com os requisitos de transparência requeridos pela legislação.

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2018 estará disponível no site de Relacionamento com Investidores da Petrobras, a partir de 31 de maio de 2019, no seguinte endereço: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca-corporativa/codigos-politicas-e-outros>.

- **Revisão do Código de Boas Práticas**

O Código reúne as principais políticas de governança da companhia e visa aprimorar e fortalecer os mecanismos de governança da Petrobras, orientando a atuação de seus conselheiros, diretores executivos, gestores, empregados e colaboradores. O Código é composto atualmente pelas seguintes políticas:

- (i) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários;
- (ii) Política de Compliance;
- (iii) Política de Gestão de Riscos Empresariais;
- (iv) Política da Função Ouvidoria;
- (v) Política de Remuneração aos Acionistas;

- (vi) Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Titulares da Estrutura Geral da Petrobras e das Sociedades do Sistema Petrobras;

- (vii) Política de Comunicação;

- (viii) Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras; e

- (ix) Política de Governança Corporativa e Societária.

Em 2018 e 2019, foram revisadas as seguintes políticas corporativas:

- Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Titulares da Estrutura Geral da Petrobras e das Sociedades do Sistema Petrobras: aprovada pelo Conselho de Administração em setembro de 2016 e revisada, por último, em março de 2019.

- Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras: aprovada pelo Conselho de Administração, em dezembro de 2016 e revisada, por último, em outubro de 2018.

- Política da Função Ouvidoria: aprovada em janeiro de 2016 e revisada em maio de 2018.

- Política de Compliance: aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2016 e revisada em dezembro de 2018.

E foram aprovadas pelo Conselho de Administração as seguintes Políticas:

- Política de Governança Corporativa e Societária: aprovada em abril de 2018.

- Política de Remuneração aos Acionistas: aprovada em maio de 2018.

- **Revisão do Programa de Treinamento e Capacitação em Governança Corporativa**

Os administradores e conselheiros fiscais das empresas estatais, inclusive os representantes de empregados e minoritários, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela companhia sobre legislação societária e

de mercado de capitais; divulgação de informações; controle interno; código de conduta, Lei no 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais temas relacionados às atividades da companhia.

A fim de promover a ambientação de novos Conselheiros de Administração, membros externos dos Comitês do Conselho, Diretores Executivos e Conselheiros Fiscais da Petrobras e, ao mesmo tempo, apresentar e atualizar o conhecimento sobre temas relevantes definidos na Lei 13.303/16, no Decreto 8.945/16 e no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, foi aprovado pelo Conselho de Administração em outubro de 2016 o modelo de treinamento para a Alta Administração, composto pelo Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais e pelo Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais.

O Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais, voltado para os novos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal que acabam de ingressar na companhia, busca possibilitar uma compreensão ampla acerca dos desafios, deveres e responsabilidades atinentes aos cargos, em uma empresa do porte e complexidade da Petrobras, e disponibilizar material para leitura, consulta e aprendizagem sobre os principais instrumentos de governança, tais como: políticas corporativas, Código de Ética, Guia de Conduta, Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção, além dos relatórios da administração.

Já o Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais, voltado para o mesmo público-alvo e para os Administradores e Conselheiros Fiscais que já atuam na companhia, visa disponibilizar treinamentos que promovam o debate recorrente e a reflexão sobre temas relevantes para o fortalecimento de uma conduta eficiente, íntegra, ética e responsável.

Em 2017, foram realizadas onze sessões presenciais de treinamento, sendo três sessões para os novos membros dos Comitês do Conselho de Administração, cinco sessões para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva e três sessões para o Conselho Fiscal.

Em janeiro de 2018, a Diretoria Executiva aprovou a nova edição dos Programas de Treinamento e, ao longo do ano, ingressaram na Petrobras 6 (seis) novos membros do Conselho de Administração; 1 (um) novo membro externo de Comitê do Conselho de Administração; 3 (três) novos membros da Diretoria Executiva; e 1 (um) novo membro do Conselho Fiscal.

Com um total de 4 (quatro) sessões presenciais de treinamento, 100% dos novos membros foram treinados no âmbito do Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais, em 2018, tendo sido abordados temas tais como: estratégia; desempenho empresarial; governança; conformidade; divulgação de informações ao mercado; segurança da informação; e deveres e responsabilidades dos administradores.

Por sua vez, conciliando a apresentação de dados e temas relevantes para a companhia com o atendimento às exigências legais e do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, o Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais ofereceu aos Conselheiros e Diretores Executivos em atividade na companhia, em 2018, treinamentos sobre os seguintes temas:

- “Aspectos relevantes das Transações com Partes Relacionadas, procedimentos, responsabilidades e a legislação aplicável”;
- “Divulgação de informações e o fortalecimento da relação de confiança entre investidores e a Petrobras, sob a ótica da adesão ao Programa Destaque em Governança de Estatais e ao Segmento de Listagem Nível 2 da B3”;
- “A gestão da Reputação como drive estratégico para o negócio”; e

- “Controles Internos”.

A execução desses 4 (quatro) módulos se deu por meio de 8 (oito) sessões presenciais e 2 (duas) videoaulas de treinamento, cujos dados finais de participação foram consolidados no início de 2019, sendo possível afirmar que todos os Administradores e Conselheiros Fiscais da Companhia receberam treinamento em um ou mais módulos em 2018.

Em 17 de janeiro de 2019, foi aprovado o planejamento do ciclo anual dos programas de treinamento para a Alta Administração. As apresentações do Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais terão os seguintes temas, que poderão ser adaptados de acordo com os perfis:

- Código de Ética e Guia de Conduta;
- Petrobras em *Compliance* e Controles Internos;
- Legislação anticorrupção brasileira e deveres e responsabilidades dos administradores e conselheiros fiscais;
- Desempenho Empresarial;
- Divulgação de Informações ao Mercado e Transações com Partes Relacionadas;
- Estratégia - Plano de Negócio e Gestão;
- Gestão de Riscos na Petrobras;
- Modelo de Governança e Processo Decisório;
- Comunicação - Gestão da Reputação;
- Gestão de Pessoas - Remuneração Variável e Quarentena;
- Temas opcionais das áreas de negócio (Desenvolvimento da Produção e Tecnologia, Exploração e Produção e Refino e Gás Natural).

Em 2019, até a data de fechamento deste Formulário de Referência, foram realizados treinamentos de ambientação para 5 (cinco) novos Conselheiros de Administração, incluindo o Presidente da Companhia e o representante dos empregados, e para 3 (três) novos Diretores Executivos, com um total de 7 (sete) sessões presenciais de treinamento.

O Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais, por sua vez, irá disponibilizar os seguintes módulos em 2019:

- “Gestão de Relacionamento Institucional: do planejamento à ação”;
- “Impactos da Lei nº 13.709/18 na Companhia (lei que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei do Marco Civil da Internet)”;
- “O maior ativismo societário da base acionária minoritária e seus reflexos para a alta administração da Companhia”;
- Gestão de Riscos na Petrobras (ambiente interno de gerenciamento, conceitos, atribuições e responsabilidades e aprimoramentos no processo de gestão)”;
- “A importância para a Petrobras dos controles em nível de entidade (*entity level controls* - ELC)”;
- “O compromisso da alta administração com a cultura de *Compliance* (*Tone at the top*)”.

Possuímos ainda o Programa de Capacitação em Governança Corporativa e Societária, promovido pela Universidade Petrobras. Este programa de desenvolvimento continuado é destinado a técnicos que atuam na área de governança e profissionais ligados ao tema, administradores, dirigentes e gestores da Petrobras e de suas sociedades. Entre 2011 e 2018, foram realizadas 54 turmas, totalizando cerca de 2.150 profissionais treinados.

- **Manutenção da Certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3**

Recebemos, em agosto de 2017, a certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais, concedida pela B3. Atendemos a todas as medidas obrigatórias do Programa e obtivemos 56 pontos (em um total de 60) dentre as demais medidas estabelecidas. Além disso, nos comprometemos, ao longo dos próximos anos, a:

- Divulgar, no Formulário de Referência e no Relatório Resumido do Comitê de Auditoria relativos ao exercício social encerrado, a adequação da estrutura e do orçamento da área de Controles Internos e *Compliance*;
- adotar integralmente, até 07/08/2020, todas as medidas constantes do Programa;
- caso identifiquemos, no processo de revisão das nossas atividades em curso, novas atividades relacionadas ao atendimento do interesse público, deveremos reapresentar o Formulário de Referência com a inclusão das referidas atividades, bem como atualizar a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa; e
- caso a Lei 13.303/16 seja alterada no tocante a vedações à participação de membros do Conselho de Administração e Diretoria constantes do Programa, deveremos ajustar nossa Política de Indicação para refletir o disposto no Programa.
- **Adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3**

O Conselho de Administração aprovou, em outubro de 2017, a solicitação de adesão da companhia ao segmento especial de listagem Nível 2 de Governança Corporativa da B3 e autorizou a celebração de Contrato de Participação no Nível 2 com a B3 e a União, como acionista controladora.

Nesse sentido, foram aprovados ajustes no Estatuto Social e demais instrumentos de governança, de forma a incorporar as medidas adicionais de governança corporativa.

Em maio de 2018, a B3 autorizou a adesão da companhia ao segmento especial de listagem Nível 2 de Governança Corporativa. A partir de 14/05/2018, nossas ações passaram a ser negociadas no segmento especial de valores mobiliários da B3, Nível 2 de Governança Corporativa, que, em linha com o Novo Mercado, exige o atendimento de regras de governança diferenciadas e o

aprimoramento da qualidade das informações prestadas pela companhia.

De modo a permitir a maior representação dos acionistas preferencialistas, cabe destacar a ampliação das atribuições do Comitê de Minoritários, que passará a realizar o assessoramento prévio aos acionistas em situações consideradas críticas, como a aprovação de fusões e incorporações e contratos entre o controlador e a companhia, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas.

Além disso, em razão de sua adesão voluntária ao Nível 2, a Petrobras também passou: (i) a contar com regras novas para oferta pública de aquisição de ações; (ii) a divulgar calendário anual de eventos societários; (iii) a garantir a concessão de 100% de *tag along* para ações preferenciais, nas mesmas condições concedidas às ações ordinárias; e (iv) a prever procedimento arbitral para questões provenientes do regulamento do Nível 2.

Quanto ao direito de voto das ações preferenciais, a B3 concedeu tratamento excepcional à Petrobras, com base: (i) em impedimento legal previsto na Lei 9.478/97 (Lei do Petróleo); (ii) na ampliação das atribuições do Comitê de Minoritários, especialmente para matérias em que as ações preferenciais deveriam ter direito de voto; e (iii) na composição do Conselho de Administração, com no mínimo 40% de conselheiros independentes.

Vale ressaltar que a manutenção da Petrobras neste segmento de listagem requer que não haja alteração ou violação de quaisquer dos itens relacionados como condicionantes, cujos detalhes encontram-se na Carta da B3 disponível no site da companhia: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt>.

• Nível 1 de Governança do IG-SEST

Em novembro de 2017, obtivemos nota máxima (10,0) no Indicador de Governança (IG-SEST), elaborado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Com este

resultado, atingimos o Nível 1 de governança. O IG-SEST é um instrumento de acompanhamento contínuo para fins de mensuração do cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016 e tem como objetivo acompanhar o desempenho da qualidade da governança das empresas estatais federais.

Em maio e novembro de 2018, a SEST promoveu mais dois Ciclos de Avaliação e, com os resultados apurados no 2º e 3º Relatórios de Avaliação, a Companhia alcançou novamente nota 10,0, mantendo o Nível 1 de governança.

- **Nova Tabela de Limites de Competência (TLC)**

Em fevereiro de 2018, a Diretoria Executiva aprovou a proposta de revisão da Tabela de Limites de Competência (TLC), que tem dentre seus objetivos: (i) consolidar os limites de competência da companhia em único documento, abrangendo os principais processos e todas as alçadas decisórias; (ii) suprir lacunas normativas, propondo limites de competência para matérias que ainda não estão regradas; (iii) definir os limites de competência diretamente à função, eliminando o processo de delegação interno nas áreas; e (iv) rever limites de competências, corrigindo valores desatualizados, aumentando ou reduzindo alguns limites e estabelecendo limites máximos para alguns compromissos.

Os benefícios esperados com a implantação da nova TLC são melhor controle e transparência sobre as delegações, definição clara e objetiva das alçadas de aprovação, fácil entendimento e aplicação pelos empregados, redução de consultas e pareceres sobre competência e processo decisório mais ágil e seguro.

Outras informações sobre melhores práticas de governança estão no item 12.12 do Formulário de Referência: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

Outras informações relevantes

Além da adoção de práticas de governança corporativa diferenciadas dispostas no Programa Destaque em Governança de Estatais e no Nível 2 da B3, apresentamos, em outubro de 2018, o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, instrumento que, fundado no modelo “pratique ou explique”, evidencia o nosso comprometimento para com os princípios de governança corporativa e as práticas adotadas em empresas de porte e complexidade similares às da Petrobras, especialmente no que tange ao relacionamento com as partes interessadas, em atendimento à Instrução CVM 480/09.

Em janeiro de 2018, divulgamos que assinamos um acordo para encerrar a ação coletiva (*class actions*), contra a Petrobras perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, nos Estados Unidos, no qual nos comprometemos a pagar US\$ 2,95 bilhões, em duas parcelas de US\$ 983 milhões e uma última parcela de US\$ 984 milhões. Este acordo foi aprovado em 22/06/2018, de forma definitiva, pela Corte Federal de primeira instância em Nova Iorque. Essa decisão foi objeto de recurso à Corte de Apelações do Segundo Circuito, porém, ainda não houve julgamento em segunda instância.

Em setembro de 2018, também fechamos acordos para encerramento das investigações do Departamento de Justiça (DOJ) e da Securities & Exchange Commission (SEC), nos Estados Unidos, relacionados aos controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras da companhia, durante o período de 2003 a 2012.

Em 2019, a Petrobras continuará a envidar esforços para defender seus interesses e de seus acionistas na esfera administrativa e judicial.

Para mais informações sobre esses processos, ver seções 4.4, 4.6, 5.5 e 7.9 do Formulário de Referência, em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

11. Nossa composição e remuneração da administração

Nosso Conselho de Administração é um órgão de natureza colegiada e autônomo dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, na forma da lei e do Estatuto Social. É composto por, no mínimo, sete membros e, no máximo, onze membros, cabendo à Assembleia Geral dos Acionistas designar dentre eles o presidente do Conselho.

A companhia possui seis comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: (i) Comitê de Investimentos; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras; (iv) Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; (v) Comitê de Pessoas; e (vi) Comitê de Minoritários. Estes comitês são compostos por membros do Conselho de Administração e/ou por pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica, nomeados anualmente pelo Conselho de Administração.

Nossa Diretoria Executiva é composta por um presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e até sete diretores executivos, eleitos pelo Conselho, dentre brasileiros residentes no país, para um mandato de até dois anos, permitidas, no máximo, três reeleições consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Entre os membros da Diretoria Executiva, apenas o presidente é membro do Conselho de Administração sem, no entanto, presidir o órgão.

A Diretoria Executiva conta com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, observado o disposto no artigo 160 da Lei 6.404/76.

Além disso, os membros da Diretoria Executiva contam com até sete Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, compostos por titulares da estrutura geral

da companhia, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, observado o disposto no artigo 160 da Lei 6.404/76: Comitê Técnico Estatutário de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia; Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Produção; Comitê Técnico Estatutário de Refino e Gás Natural; Comitê Técnico Estatutário Financeiro e de Relacionamento com Investidores; Comitê Técnico Estatutário de Assuntos Corporativos; Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade; e Comitê Técnico Estatutário de Relacionamento Institucional.

Nosso Conselho Fiscal é constituído de forma permanente, sendo independente da administração e dos auditores externos, conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações. É composto por até cinco membros e respectivos suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano, permitidas duas reeleições consecutivas; sendo um dos membros indicado pelos acionistas minoritários, um indicado pelos acionistas titulares de ações preferenciais e três indicados pela União, sendo um indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

A Remuneração fixa da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais propostos pelo Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão atual (Comitê de Pessoas) ao Conselho de Administração e definidos anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os membros da Diretoria Executiva da companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da companhia. Todos os membros da Diretoria Executiva são estatutários.

No cálculo da remuneração variável são levados em consideração indicadores de desempenho negociados com a SEST, legislação pertinente, práticas de mercado para empresas nacionais de porte semelhante ao da companhia, identificadas por meio de pesquisas realizadas por consultoria especializada e o valor definido em Assembleia Geral. O programa de remuneração variável da Diretoria Executiva da Petrobras tem seu pagamento, diferido nos 5 anos seguintes, desde que seus pré-requisitos e as metas estabelecidas para tal sejam alcançadas. Nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, não houve pagamento de remuneração variável.

A remuneração é estruturada de forma que a remuneração variável esteja condicionada ao atendimento de pré-requisitos e de indicadores de desempenho, tais como: Dívida líquida/EBITDA, Taxa de Acidentes Registráveis (TAR) e Volume Vazado de Óleo e Derivados (VAZO). O número de remunerações (salários) a serem pagas no âmbito do Programa de Remuneração Variável da Petrobras varia conforme o percentual de atingimento das metas, e é calculado com base nos resultados da companhia.

A remuneração fixa do Conselho de Administração é composta por honorários mensais propostos pelo Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão (atual Comitê de Pessoas) ao Conselho de Administração e definidos anualmente em Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e com a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996. Os objetivos e práticas de remuneração visam remunerar os conselheiros da Companhia de acordo com as orientações e normas aplicáveis às estatais federais.

A Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996 estabelece que a remuneração dos membros do Conselho de Administração de sociedades de economia mista, como a companhia, “não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração

mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

O presidente da companhia é membro do Conselho de Administração, no entanto esta participação não é remunerada.

Além disso, conforme estabelece o art. 38, § 8º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, os membros do Conselho de Administração que participarem do Comitê de Auditoria e do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras renunciarão à remuneração de Conselheiro de Administração. Atualmente, três membros do Conselho de Administração são integrantes do Comitê de Auditoria e/ou do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras.

A remuneração recebida por membros do Conselho de Administração é fixa, sem indicador vinculado.

A remuneração fixa do Conselho Fiscal é composta por honorários mensais definidos anualmente em Assembleia Geral de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e com a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os conselheiros da companhia de acordo com as orientações e normas aplicáveis às estatais federais.

Todo os membros do Conselho Fiscal são remunerados, a remuneração recebida é fixa, sem indicador vinculado e “não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

Conforme orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, a remuneração pela participação nos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração não deve ser incluída na remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia.

Os honorários mensais dos membros integrantes do Comitê de Auditoria e do Comitê de Auditoria do Conglomerado

Petrobras correspondem a 40% para os Presidentes desses Comitês e 30% para os demais membros, da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a férias e benefícios, em atendimento ao que dispõe o art. 38, § 8º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, estando, portanto, vinculados ao reajuste de tais honorários, já descritos acima.

Os honorários mensais dos membros integrantes dos demais Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, por participação em Comitê, correspondem a 50% dos honorários mensais dos Conselheiros de Administração, estando, portanto, vinculados ao reajuste de tais honorários, já descritos acima.

A remuneração mensal fixa retribui os membros integrantes dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração pelos serviços prestados e é compatível com a remuneração praticada pelo mercado, se alinhando tanto aos interesses de curto, como de médio e longo prazo da companhia.

Os membros dos Comitês Técnicos Estatutários não são remunerados pela participação nos referidos Comitês.

A companhia não possui plano de remuneração com base em ações. Não houve, nos três últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

Em 2018, a remuneração anual média de nossa Diretoria Executiva foi de R\$ 2.225.262,75, enquanto a do Conselho de Administração foi de R\$ 186.514,27 e a do Conselho Fiscal, de R\$ 178.351,30. Esses valores são apurados conforme orientações da CVM.

A Assembleia Geral Ordinária da Petrobras, realizada em 25 de abril de 2019, aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e

Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração em até R\$ 32.273.865,81, a ser paga no período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020.

A remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal encontra-se a seguir.

Outras informações estão disponíveis nos itens 12.1, 13.1 e 13.11 do Formulário de Referência da Petrobras, disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais#formulario-de-referencia>.

Composição e experiência profissional da Administração e do Conselho Fiscal

A descrição da experiência profissional de nossa administração e do nosso Conselho Fiscal, bem como a caracterização dos membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento como independentes e pessoas politicamente expostas encontram-se nos itens 12.5/6 e 12.7/8 do Formulário de Referência da Petrobras 2018, disponível em nosso website: <https://www.investidorpetrobras.com.br/pt> ou, ainda, no site da CVM, no endereço: <http://www.cvm.gov.br/>.

***Tabela 02 - Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal - Valores Anuais**

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	7,92	7,92	7,67
Nº de membros remunerados	7,92	7,92	7,67
Valor da maior Remuneração (Reais)	2.345.948,12	2.347.432,34	2.240.007,40
Valor da menor Remuneração (Reais)	2.017.773,48	1.860.873,09	1.994.839,17
Valor médio da Remuneração (Reais)	2.225.262,75	2.112.962,39	2.212.752,14

	Conselho de Administração		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	10,08	9,00	11,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,75	9,33
Valor da maior Remuneração (Reais)	225.339,87	210.653,11	171.361,46
Valor da menor Remuneração (Reais)	180.152,78	137.072,73	149.039,98
Valor médio da Remuneração (Reais)	186.514,27	169.538,52	168.338,59

	Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00
Valor da maior Remuneração (Reais)	184.628,63	164.487,28	170.868,54
Valor da menor Remuneração (Reais)	153.857,19	164.487,28	170.868,54
Valor médio da Remuneração (Reais)	178.351,30	160.068,62	163.341,28

